



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 031

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE MAIO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Valdir Rossoni
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior
PSC	Mauro Moraes

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

Atos da Presidência:**RESOLUÇÃO Nº 004/2003**

DATA:

05 de maio de 2003.

SÚMULA:

Revoga a Resolução nº 020/2001 de 11 de dezembro de 2001, que fixou regras para celebração de convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e a Parana Previdência, com vistas à instituição de um plano de previdência para os detentores de mandato eletivo junto ao Poder Legislativo Estadual.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica revogada a Resolução nº 020/2001, de 11 de dezembro de 2001, que fixou regras para a celebração de convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e a Parana Previdência, com vistas a instituição de um Plano de Previdência para os detentores de mandato eletivo junto ao Poder Legislativo Estadual.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 05.05.2003

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 005/2003

DATA:

05 de maio de 2003.

SÚMULA:

Aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente ao mês de março de 2003, conforme Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73, da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme art. 14 da Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992, referente ao mês de março de 2003.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 05.05.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 031ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
12 DE MAIO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Reni Pereira e Ademar Traiano.

Às quinze horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Indicação:****INDICAÇÃO Nº 16/2003**

Exmo. Sr. governador do Estado:

O deputado Renato Gaúcho dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Art. 1º - Ficam as entidades de assistência social beneficiadas com desconto ou isenção no valor das faturas mensais de energia elétrica, observando os seguintes requisitos:

- I - poder aquisitivo do público alvo atingido;
- II - área atingida pela sede da entidade;
- III - poder econômico da entidade mantenedora;
- IV - objetivos da entidade;
- V - manutenção da taxa média de consumo.

Art. 2º - A Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, analisará a viabilidade do desconto ou isenção da tarifa, através de requerimento da entidade de assistência social protocolado diretamente na Copel, cabendo à Assembléia Legislativa do Paraná retificar a decisão.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

É de conhecimento público a dificuldade das entidades de assistência social para manterem suas atividades dado aos altos custos da manutenção, inclusive das tarifas públicas, notadamente o custo da energia elétrica.

A adoção da tarifa com desconto ou com isenção, certamente minimizará as despesas das entidades declaradas de Utilidade Pública que prestam serviços de assistência social no Estado do Paraná.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 874

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja destinado horário na Sessão Plenária, no próximo dia 21 de maio, para entrega das reivindicações do Comitê Estadual do Dia Nacional de Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 884

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede a inclusão nos Anais da presente Sessão, de voto de profundo pesar pelo falecimento, em Curitiba, do ilustre professor doutor Newton Freire Maia, fundador, em 1951, do Departamento de Genética da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O eminente cientista, formado em Odontologia, dedicou-se à pesquisa da Biologia e da Genética, então uma ciência novíssima.

Geneticista, fundou o Departamento de Genética da Universidade do Paraná, em 1951.

Foi presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Genética. Era membro da Academia Brasileira de Ciências.

Venceu o Prêmio Nacional de Genética, sendo notável o conjunto da sua obra, onde brilham trabalhos em detalhamento das conseqüências com casamentos consanguíneos e estudos de displasias ectodérmicas.

O professor Freire Maia representava o Brasil na Organização Mundial da Saúde, em Genebra, na Suíça.

Na cerimônia dos 90 anos da UFPR, em 2002, recebeu medalha por ser dos mais antigos professores ainda na ativa, exercendo trabalho científico.

Newton Freire-Maia nasceu em 1918, em Boa Esperança, Minas Gerais, militou no Partido Socialista Brasileiro, tendo sido candidato a deputado. Retirou-se após 1964.

Notável a sua conversão madura à fé cristã, da qual fazia questão de dar testemunho público, dizendo ter chegado a Deus através da Ciência, pelos caminhos da genética.

Foi casado, em primeiras núpcias, com a senhora Flávia Freire-Maia, com quem teve quatro filhos: Regina Flávia, Fátima, Marco e Newton Júnior, este já falecido.

Deixa viúva a ilustre professora Eleidi Chautard Freire-Maia.

Perdem o Paraná e o Brasil, uma de suas mais brilhantes inteligências científicas, personalidade de fé, servidor de Deus, humanista convicto nos irrestritos horizontes da vida.

O professor Freire Maia mereceu exéquias na capela da Reitoria da UFPR, e foi sepultado no Cemitério Iguaçu, nesta cidade de Curitiba, no domingo, 11 de maio.

REQUERIMENTO Nº 890

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-deputado senhor Alfredo Gulin, ocorrido dia 10/05/2003.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No dia 10 último, faleceu, aos 82 anos de idade, o senhor Alfredo Gulin, ex-deputado deste Poder.

O extinto deixa 08 filhos e 22 netos.

Alfredo Gulin pertencia a tradicional família paranaense. Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles este parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos, e ao trabalho.

Fique certo, amigo dileto, de que sua memória ficará viva em nosso coração e que seus exemplos continuarão a nortear nossa vida.

Sua família, a família que adorava, despediu-se do amigo em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois, saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência destemidas são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Pedimos ao Todo Poderoso que nossos amigos, familiares de Alfredo Gulin, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Gulin, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 868

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de votos de congratulações ao secretário de Estado da Saúde, Cláudio Murilo Xavier, pela sua vinda à Assembleia Legislativa, no dia 07 de maio.

Parabenizamos o secretário da Saúde pela iniciativa e exposição dos problemas enfrentados pela saúde pública do nosso Estado. A apresentação dos projetos do Governo, pautados pela transparência e eficiência, facilita aos deputados o acesso às ações implementadas pelo Executivo.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 871

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER a esta Casa, após decisão do Plenário, que sejam consignadas nos Anais da Sessão de hoje, as efusivas congratulações deste Poder Legislativo, ao bispo auxiliar de São Paulo, Dom Odilo Pedro Scherer, pela sua eleição à secretaria-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, no último dia 06 de maio, no mosteiro de Itaici, em Indaiatuba (SP), na assembleia-geral dos bispos brasileiros.

A Assembleia Legislativa do Paraná, com a presente proposição, associa-se ao grande júbilo que se manifesta na população paranaense, em especial Oeste do Paraná, pela escolha de Dom Odilo Scherer, como secretário-geral da CNBB, felicitando-o pelo cargo alcançado.

Dom Odilon Pedro Scherer é natural de Cerro Largo (RS), porém muito cedo a sua família transferiu residência para a localidade de Dois Irmãos, no município de Toledo. Foi ordenado sacerdote em 1976.

Em novembro de 2001, após um período de sete anos em Roma, foi nomeado bispo auxiliar de São Paulo, sendo ordenado em fevereiro de 2002, na Catedral Cristo-Rei, em Toledo.

Ele estudou Filosofia no Seminário Rainha dos Apóstolos, em Curitiba, e na Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo (RS). Curso Teologia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. É doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma.

Reconhece este Parlamento que não poderia ser outra senão esta a atitude da assembleia-geral da CNBB, conferindo ao eminente bispo a responsabilidade de um posto à altura de seus méritos, de sua capacidade e de seu carisma.

Do aprovado, também requer o parlamentar subscritor deste, com a expressão dos votos de largo sucesso em sua nova e nobre missão, ao homenageado bispo, encaminhando correspondência a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - SES - Quadra 801 - Conjunto B - CEP: 70401-900 - Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 872

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, REQUER a esta Casa, após decisão do Plenário, que sejam inseridas nos Anais da Sessão de hoje, as efusivas congratulações deste Poder Legislativo, ao cardeal Dom Geraldo Magella Agnello, primaz do Brasil, pela sua eleição à presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, no último dia 05 de maio, no mosteiro de Itaici, em Indaiatuba (SP), na assembleia-geral dos bispos brasileiros.

A Assembleia Legislativa do Paraná, com a presente proposição, associa-se ao grande júbilo que se manifesta na população paranaense, pela eleição de Dom Geraldo Magella Agnello, como presidente da CNBB, felicitando-o pelo cargo alcançado.

Reconhece esta Casa Legislativa que não poderia ser outra senão esta atitude da assembleia-geral da CNBB, conferindo ao eminente cardeal a responsabilidade de um posto à altura de seus méritos, de sua capacidade e de seu carisma.

Do aprovado, também requer o subscritor, que seja dado ciência, com a expressão dos votos de largo sucesso em sua nova e nobre missão, ao homenageado, encaminhando correspondência a Conferência Nacional dos Bis-

pos do Brasil - CNBB - SES - Quadra 801 - Conjunto B -
CEP: 70401-900 - Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 873

Senhor Presidente:

O deputado estadual, subscritor do presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, REQUER que sejam consignados nos Anais da Sessão de hoje, as efusivas congratulações deste Poder Legislativo Estadual, ao bispo da Diocese de Toledo, Dom Anuar Battisti, pela escolha à presidência da Comissão de Ministérios e Vocações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, no último dia 06 de maio, no mosteiro de Itaici, em Indaiatuba (SP), na assembléia-geral dos bispos brasileiros.

A Assembléia Legislativa do Paraná, com a presente proposição, associa-se ao grande júbilo que se manifesta na população do Oeste do Paraná pela eleição de Dom Anuar Battisti, como presidente da importante Comissão antes referenciada, felicitando-o pelo cargo alcançado.

Reconhece este Parlamento que não poderia ser outra senão esta atitude da assembléia-geral da CNBB, conferindo ao eminente cardeal a responsabilidade de um posto à altura de seus méritos, de sua capacidade e de seu carisma.

Do aprovado, também requer-se seja dado ciência, com a expressão dos votos de largo sucesso em sua nova e nobre missão, ao bispo homenageado, encaminhando correspondência à Cúria Diocesana de Toledo - Caixa Postal 220 - CEP: 85900-970 - Toledo-PR.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 878

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para que fique para a posteridade, voto de congratulações e aplausos à S. Exa. Rev^a, Dom Geraldo Majella Agnelo, cardeal arcebispo de Salvador, pela sua eleição como presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a Dom Geraldo Majella Agnelo, como homenagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O homem possui inato o sentimento religioso.

Ante as forças imensas da natureza, ante os mistérios insondáveis da criação, seu espírito se curva reverente e submisso à procura de uma explicação.

Um ente superior se impõe, então, à sua inteligência. Esse ente que se sente palpar no seu próprio eu, é Deus. Curva-se diante desse ser todo-poderoso e presta-lhe a sua homenagem da criatura ao Criador.

Cristo é o modelo que nos há de servir de guia. Como Deus é onisciente nos seus conselhos, como homem é exemplo seguro a nos mostrar o caminho que devemos seguir.

Bem compreendemos quão árduo é o sacerdócio de S. Exa. Rev^a Dom Geraldo Majella Agnelo e de quantos sacrifícios e incompreensões sua vida é semeada. Nosso Senhor, porém, que lhe deu o múnus divino, proporcioneu-lhe também coragem para suportar os percalços inerentes ao seu apostolado.

A fama de suas virtudes já ultrapassou as fronteiras do nosso país e o povo brasileiro, especialmente nós paranaenses, sentimo-nos felizes pela eleição como presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, recebêmo-lo, pois, como nosso amado pastor e aqui estamos para atender à sua benção paternal. É S. Exa. Rev^a o portador não só da palavra divina, mas o exemplo vivo das virtudes cristãs.

A passagem de Dom Agnelo Majella pelo Paraná teve início em 1978, quando foi nomeado bispo da Diocese de Toledo. Mais tarde, quando assumiu o Arcebispado de Londrina no período de 1983 a 1991.

Como ovelhas submissas, portanto, nós paranaenses, estamos prontos para ouvir a palavra apostolar de Dom Geraldo e imitar seus exemplos, a seguir os seus passos por mais árduo que seja o caminho a trilhar.

REQUERIMENTO Nº 881

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à Sociedade Rural de Pato Branco, CTG's Carreteando a Saudade e Tarca Nativista, Prefeitura Municipal de Pato Branco e Rede Celinauta de Comunicação, parabenizando pela brilhante organização e realização do 1º Rodeio Crioulo Integração Cidade de Pato Branco, realizado no período de 09 a 11 de maio do corrente, no parque de Exposições, naquele município.

Do aprovado requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente da Sociedade Rural de Pato Branco, Sr. Roberto Viganó, ao presidente da CTG Carreteando a Saudade, Rademir Comim, ao presidente do CTG Tarca Nativista, Sr. Augusto Colla, ao prefeito municipal de Pato Branco, Sr. Clóvis Padoam e ao diretor da Rede Celinauta de Comunicação, Sr. Anderson Sanita.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Foi realizado no período de 09 a 11 de maio no Parque de Exposições de Pato Branco o 1º Rodeio

Crioulo Integração Cidade de Pato Branco, promovido pela Sociedade Rural de Pato Branco e os CTG's Carreteando a Saudade e Tarca Nativista, com o apoio da Prefeitura Municipal de Pato Branco e Rede Celinauta de Comunicação.

O evento contou com a participação do CTG's de vários Estados da Federação, e teve como objetivo principal integrar e divulgar os costumes da tradição gaúcha preservando sua história.

O rodeio contou com diversas atrações, tais como: inauguração da pista de rodeios, apresentação de provas de laços, missa campeira, baile tradicionalista e exposição de produtos agropecuários, reunindo milhares de pessoas da região.

Queremos com o presente requerimento, parabenizar todas as entidades envolvidas pela brilhante iniciativa de realização desse grandioso evento, que foi com certeza resultado de uma grande integração e parceria, e que promoveu um dos maiores eventos de tradição gaúcha de todo o país.

REQUERIMENTO Nº 882

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, solicita à egrégia Assembléia, inserção nos anais, de voto de congratulações ao Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná, na pessoa do magnífico reitor, professor Dr. Carlos Augusto Moreira Júnior, pela concessão do título de Dr. *Honoris Causa*, à professora e poeta D. Helena Kolody, neste 08 de maio.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

D. Helena Kolody, nascida em Cruz Machado, em 1912, é das mais notáveis expressões da literatura paranaense e da poesia lírica brasileira. Ombreia com Cecília Meireles, Vinícius de Moraes e o nosso Tasso da Silveira.

Professora, desde 1937, da Escola Normal de Curitiba, por longos 23 anos, na humildade da sala de aula desenvolveu adorável sensibilidade poética.

Helena, poeta, ensina:

“A vida é linda
mesmo doendo
nos encontros e despedidas
mesmo sangrando em malogrados, áridos hortos
searas maduras de sofrimento.
Chegar ao porto
da vida finda
cantando sempre
sonhando ainda”.

Helena Kolody é Cidadã Honorária de Curitiba, desde 1987, e membro da Academia Paranaense de Letras, desde 1992.

Seu primeiro livro “Paisagem Interior”, foi publicado em 1941.

Brilhante sua coleção de hai-kais “Reika”, editada em 1993. São 19 títulos, os livros de sua autoria, na bibliografia paranaense.

Helena escreveu ainda:

“Palavras são pássaros

Voaram!

Não nos pertencem mais”.

REQUERIMENTO Nº 883

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, solicita a inclusão nos anais da presente sessão, de voto de congratulações à Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná, pelo transcurso do seu 20º ano de fundação, e pela comemoração do Dia do Artista Plástico, neste 8 de maio.

Seja este voto, encaminhado à senhora Waltraub Sekula, que encerra brilhante gestão à frente da APAP, bem como, ao senhor Osvaldo Fontoura Dias, coordenador da comemoração, E-mail: sekula@onda.com.br.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A Arte Paranaense, que teve suas primeiras expressões no traço de João Pedro, o Mulato, ainda antes da Independência do Brasil, em Paranaguá e Curitiba; prosseguiu no traço das iluminuras de Vieira dos Santos; brilhou na primeira pintora, talvez do Brasil, D. Iria Correia; estreou nas miniaturas naturalistas de Frederico Guilherme Virmond; só se consolidou com a Escola de Artes e Ofícios de Mariano de Lima e Mariquinha Aguiar, em Curitiba, já na segunda metade do século XIX, para realmente materializar-se na Escola de Alfredo Andersen.

Desde então, um caudal de cores, luzes, gestos, força criativa, Lange de Morretes, Zaco Paraná, Traple, De Bona, Freyesleben, Bakun, Chelfi, Kopp, Erbo Stenzel, Nisio, Viaro, Garfunkel, Schiefelbein, Poty, Sergio Ferro, Rogério Dias, Francisco Faria, Ricardo Tod, Ida Hanemann, Ruben Esmanhoto, Juarez Machado, e tantos outros.

Louvar nossos artistas no ano do sesquicentenário do Paraná, é lembrar aquilo que somos, e sonhar aquilo que poderemos ser, enquanto povo civilizado.

Fazer arte, apropriando o verso de Ranier Maria Rilke, é um pouco “transformar beleza em esperança”.

REQUERIMENTO Nº 885

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede a inserção nos anais de voto de congratulações à Editora Associação Cultural Solar do Rosário, na pessoa de Regina de Barros Correia Casillo, pela edição do livro “Poty - o lirismo dos anos 90”.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O álbum, em livro de 55 páginas, com 14 serigrafias, divididas em duas partes: Os Santos e A Magia de

Curitiba, recompõem a obra admirável do gravurista, ilustrador e muralista curitibano, Poty Lazzaroto (1924-1998), que foi grande e que foi nosso.

Regina Casillo com a Associação Cultura Solar do Rosário, resgata e amplia o acesso à obra de Poty Lazzaroto, tendo, inclusive, merecido na edição de 5ª feira, 8 de maio de 2003, ampla reportagem no Caderno 2 de Cultura e Artes Visuais, do importante jornal brasileiro, O Estado de São Paulo, assinado pela jornalista Beth Néspoli, onde, para nossa alegria, a principal ilustração é o painel “Curitiba e sua Gente”, que Poty criou, a nosso pedido, na ocasião dos 300 anos de Curitiba, quando tive a ventura de ser prefeito da nossa amada cidade e capital.

REQUERIMENTO Nº 888

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente Sr. Aldair Tarcisio Rizzi - Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando a efetiva estadualização da Facinor - faculdade Interestadual do Noroeste do Paraná, visando atender a vasta comunidade carente da região que anseia por um Ensino Superior gratuito.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido se fundamenta no anseio da comunidade, noroestina que pretende ver efetivada a estadualização da Facinor, tendo em vista que a lei foi aprovada em dezembro de 2002, conforme abaixo assinado em anexo.

A estadualização da Facinor é de suma importância, haja vista que atende alunos de vários municípios do extremo noroeste, que constitucionalmente tem os mesmos direitos da comunidade acadêmica de Bandeirantes, onde o governador, recentemente, decretou a estadualização desta, inclusive destinando recursos orçamentários na ordem de, aproximadamente, 6 milhões de reais, enquanto a Facinor, necessita de pouco mais de 1 milhão de reais, e é um antigo desejo e necessidade do extremo noroeste paranaense.

REQUERIMENTO Nº 891

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Albergue Noturno - Raul Farias de Carneiro, pelos 50 anos de dedicação, frente a sociedade carente.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao Albergue Noturno Raul Farias Carneiro - Rua Araguaia, 589 - 86.025-720 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 870

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando a instalação de lombada eletrônica na BR 116 - Km 147, próximo da Escola Municipal Vitor Leal e do Colégio Estadual João Afonso de Camargo, Distrito de Areia Branca, município de Mandirituba.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) RATINHO JUNIOR

JUSTIFICATIVA:

A lombada eletrônica existente nessa localidade foi retirada há três meses, após conclusão da pavimentação asfáltica. Os moradores solicitam a sua reinstalação com máxima urgência por ser um trecho onde os caminhões trafegam em alta velocidade, causando sérios acidentes, representando risco de vida aos moradores e principalmente aos alunos que cruzam essa rodovia.

REQUERIMENTO Nº 877

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando com a máxima urgência que seja reativado o policiamento ostensivo no Totem localizado no bairro Alto da XV próximo a linha férrea, nesta Capital.

Tal solicitação prende-se ao fato de inúmeros casos de assaltos aos estabelecimentos comerciais da região, que ficam desprotegidos e sem a presença de policiais garantindo a segurança a todos os moradores e comerciantes.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 887

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao senhor governador Roberto Requião de Melo e Silva, solicitando a efetiva estadualização da Facinor - Faculdade Interestadual do Noroeste do Paraná, visando atender a vasta comunidade carente da região que anseia por um Ensino Superior gratuito, conforme abaixo assinado em anexo.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido se fundamenta no anseio da comunidade noroestina que pretende ver efetivada a estadualização da Facinor, tendo em vista que a lei foi aprovada em dezembro de 2002, conforme abaixo assinado em anexo.

A estadualização da Facinor é de suma importância, haja vista que atende alunos de vários municípios do extremo noroeste, que constitucionalmente tem os mesmos direitos da comunidade acadêmica de Bandeirantes, onde o governador, recentemente, decretou a estadualização desta, inclusive destinando recursos orçamentários na ordem de, aproximadamente, 6 milhões de reais, enquanto a Facinor, necessita de pouco mais de 1 milhão de reais, e é um antigo desejo e necessidade do extremo noroeste paranaense.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/2003
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, nas localidades de Prainha e Cabaraquara, pertencentes ao município de Guaratuba, para que a população decida sobre sua incorporação ao município de Matinhos.

“Começa na cumeada do morro denominado Pico Agudo, de onde uma linha reta alcança a nascente do Rio Cambará, pelo qual desce até sua foz no Rio Guaraniasçu e por este abaixo alcançar o Ribeirão Pai Antonio, seguindo daí em linha reta até alcançar a localidade denominada Praia das Monções; deste ponto segue pela costa até a foz do Rio Fundo, subindo então pelo Rio Fundo até a foz do Rio Pinheiro; sobe pelo Rio Pinheiro até a cabeceira, de onde em reta alcança a cumeada do Morro do Batatal, seguindo pela linha das cumeadas do Morro Canela e Morro da Furna, até alcançar o Pico Agudo, ponto de partida”.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A motivação da apresentação do presente projeto de resolução é de corrigir uma distorção que há muito perdura e prejudica a população das localidades denominadas Prainha e Cabaraquara, que pertencem por lei ao município de Guaratuba, mas geograficamente se encontram mais perto da sede do município de Matinhos e são atendidos em suas necessidades pela Prefeitura Municipal de Matinhos.

Existe entre as localidades já denominadas e a sede no município de Guaratuba uma divisa natural que é a baía do mesmo nome, dificultando o atendimento da prefeitura daquele município aos reclamos dos habitantes de Prainha e Cabaraquara, reclamos esses atendidos em sua grande maioria pela Prefeitura Municipal de Matinhos, tais como: ônibus escolar, hospital, lixo, água, luz, tele-

fone, policiamento, bem como mais de 80% dos eleitores da região são cadastrados no município de Matinhos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para corrigir uma injustiça e propiciar aos habitantes de Prainha e Cabaraquara uma melhor prestação de serviço público.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 249/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção da Pequena Central Hidrelétrica Canhadão, a ser implantada no Rio Covó, afluente pela margem esquerda do Rio Iguaçu, no município de Manguierinha, latitude 25º58'44"S, longitude 52º13'02"W.

Art. 2º - A construção da Pequena Central Hidrelétrica, mencionada no artigo 1º desta lei, está condicionada ao cumprimento das formas ambientais emanadas do Instituto Ambiental do Paraná- IAP, nos termos da lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, atendendo a solicitação da Canhadão Produção de Energia Elétrica, para construção de uma pequena Central Hidrelétrica no município de Manguierinha.

A proposição em tela está obedecendo ao artigo 209, da Constituição Estadual, que dispõe:

“Art. 209 - Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico e impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária”.

A Prefeitura Municipal de Manguierinha certifica que não se opõe à continuidade dos estudos de Inventário Hidrelétrico e Projeto Básico nesta área e ratifica que a mesma não se encontra em área de proteção ambiental do município.

Assim sendo, estamos apresentando a presente proposição e esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da mesma.

PROJETO DE LEI Nº 250/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção da Pequena Central Hidrelétrica do Tigre, a ser implantada no Rio

Marrecas, afluente pela margem esquerda do Rio Iguaçu, no município de Manguueirinha, latitude 26°03'58"S, longitude 52°19'36"W.

Art. 2º - A construção da Pequena Central Hidrelétrica, mencionada no artigo 1º desta lei, está condicionada ao cumprimento das formas ambientais emanadas do Instituto Ambiental do Paraná- IAP, nos termos da lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, atendendo a solicitação da Tigre Produção de Energia Elétrica, para construção de uma pequena Central Hidrelétrica no município de Manguueirinha.

A proposição em tela está obedecendo ao artigo 209, da Constituição Estadual, que dispõe:

“Art. 209 - Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico e impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária”.

A Prefeitura Municipal de Manguueirinha certifica que não se opõe à continuidade dos estudos de Inventário Hidrelétrico e Projeto Básico nesta área e ratifica que a mesma não se encontra em área de proteção ambiental do município.

Assim sendo, estamos apresentando a presente proposição e esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da mesma.

PROJETO DE LEI Nº 251/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Federação Regional de Pais Presidentes de APM's e APP's de escolas estaduais e municipais de Campo Mourão e Regiões Jurisdicionadas - Feracam, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Federação Regional de Pais Presidentes de APM's e APP's de escolas estaduais e municipais de Campo Mourão e Região Jurisdicionadas - Feracam, é uma entidade sem fins lucrativos, tendo por finalidade a integração entre as diretorias das APM's e APP's, visando o aperfeiçoamento, promoção, defesa e reconhe-

cimento de suas atividades de classe, bem como apresentar sugestões e buscar alternativas junto a órgãos governamentais e não governamentais objetivando melhor qualidade do ensino.

A documentação anexa ao presente demonstra que a instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo o apoio dos nobres pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 252/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam obrigadas as clínicas, consultórios e estabelecimentos de estética que utilizam recursos de eletrotermofototerapia a manter um profissional fisioterapeuta e/ou médico em suas dependências, responsável pela realização de tais procedimentos.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo se aplica nos casos de procedimentos que utilizam principalmente a eletroterapia e outros, como sonidoterapia, termoterapia, fototerapia, vacuoterapia e pressoterapia.

Art. 2º - Cabe ao profissional fisioterapeuta e/ou médico a execução dos procedimentos e toda a responsabilidade das ações dos tratamentos de eletrotermofototerapia executados.

Art. 3º - Os aparelhos que emitem correntes elétricas (utilizados em estética) devem obedecer as normas internacionais de segurança e qualidade.

Art. 4º - O descumprimento da presente lei implicará na necessidade de adequação da clínica ou consultório em prazo estipulado pela vigilância sanitária ou, caso o proposto não seja atendido, na anulação das autorizações para funcionamento dos respectivos locais.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

A eletrotermofototerapia produz efeitos fisiológicos no corpo humano, comprovados de longa data. Já em 1835, cientistas italianos iniciaram a utilização de estimulação elétrica como método de diagnóstico e tratamento (eletroterapia).

Essencialmente, todas as funções e atividades do corpo envolvem de alguma forma, a eletricidade. Ela serve para controlar e operar nervos, músculos e órgãos.

Quando aplicamos um potencial elétrico (eletroterapia), as células e os tecidos sofrem uma dissociação iônica, isto é, um fenômeno mediante o qual as moléculas

se dividem em diferentes componentes químicos, desencadeando inúmeros e diversificados efeitos, tanto do ponto de vista fisiológico como terapêuticos.

O ultra-som terapêutico (sonidoterapia), caracteriza-se por apresentar efeitos térmicos e mecânicos alterando a permeabilidade das membranas celulares, mudanças químicas nos sistemas de líquido biológico e modificações da estrutura das proteínas (Guirro 2001).

A fototerapia é o tratamento que utiliza a radiação ultravioleta. Além dos efeitos fisiológicos e terapêuticos, a fototerapia apresenta também reações adversas. Segundo Berger a elastose e alguns tipos de câncer de pele podem ser induzidos pela má utilização da radiação ultravioleta.

Considerando os riscos da utilização indiscriminada dos referidos aparelhos (eletrofototerapia) por profissionais não habilitados, surge a necessidade de regulamentação adequada da aplicação da eletroterapia, nos moldes definidos neste projeto de lei, a fim de preservar a sociedade dos prejuízos de difícil - senão impossível - reparação, que certamente decorrerão da utilização indevida de tal técnica terapêutica.

O fisioterapeuta recebe treinamento em seu curso de graduação para dominar todas as variáveis físicas que envolvem a eletroterapia, além de conhecimento nas áreas de fisiologia, bioquímica, histologia, anatomia, biofísica, ciência da computação e cinesiologia.

Pelo acima descrito, justifica-se o fato de a eletroterapia ser um recurso do profissional fisioterapeuta, já que este profissional tem na sua formação todas as disciplinas que lhe preparam para a prática segura e eficiente desta terapia.

PROJETO DE LEI Nº 253/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Sistema Único de Saúde - SUS prestará assistência integral aos portadores de Doença de Parkinson.

Parágrafo Único - A assistência integral de que trata o *caput* deste artigo tem por diretrizes:

I - participação de portadores da Doença de Parkinson, familiares e sociedade civil em geral, na definição e controle das ações e serviços de saúde, nos termos da Constituição Federal, das Leis Federais Complementares 8080 e 8142 e do Código de Saúde do Estado do Paraná;

II - apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico voltado ao enfrentamento da Doença de Parkinson e às suas consequências;

III - direito à medicação e às demais formas de tratamento que visem minimizar os efeitos da doença e o comprometimento da qualidade de vida do portador.

Art. 2º - O Sistema Único de Saúde - SUS, garantirá o fornecimento universal dos medicamentos adequados ao tratamento dos portadores de Doença de Parkinson, bem como assistência fisioterápica, fonoaudiológica e psicológica.

Art. 3º - As ações de assistência integral aos portadores de Doença de Parkinson, serão estabelecidas em normas técnicas a serem elaboradas pela Secretaria de Estado da Saúde, no prazo de 90 dias a partir da publicação desta lei, com a participação de entidades de usuários, universidades, representantes da sociedade civil e profissionais ligados à questão.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

A doença de Parkinson é uma das doenças neurológicas mais comuns dos dias de hoje. É uma doença de distribuição universal e atinge todos os grupos étnicos e classes econômicas. Do ponto de vista patológico é uma doença degenerativa, evolutiva, sem cura, e que atinge, na maioria das vezes, pessoas com idade superior a 55 anos de idade. As principais manifestações clínicas incluem tremores de repouso, rigidez muscular, lentidão de movimentos, desequilíbrio, anormalidades posturais, podendo também afetar a fala e a escrita e não raras vezes causar depressão e alteração emocional.

De acordo com estudos realizados e dados fornecidos pela Associação Brasil Parkinson e Associação Paranaense de Portadores de Parkinsonismo, entidades que realizam importante trabalho junto aos portadores desta doença, estima-se uma prevalência de 100 a 200 casos por 100.000 habitantes. Este número não pode ser desprezado e necessita de uma atenção especial por parte do Poder Público.

Dentre os principais problemas enfrentados pelos portadores da doença e seus familiares, está o elevado custo dos medicamentos de uso contínuo e a complementação do tratamento que deve ser realizado por fisioterapia, fonoaudiologia e psicologia.

A situação apresentada define a urgente necessidade de uma política de atenção integral aos portadores da doença de Parkinson no âmbito estadual, por meio do Sistema Único de Saúde - SUS, visando não só o fornecimento de medicamentos, mas todas as formas de tratamento, minimizando as manifestações clínicas da doença, assim como os demais sintomas a ela relacionados.

Trata-se de um projeto que segue proposta semelhante à da Lei nº 11.259 do deputado Hamilton Pereira, do PT, aprovada em 07 de novembro de 2002 em São Paulo.

Sendo assim, solicito aos senhores deputados o apoio para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 254/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As empresas produtoras de disquetes ou similares para uso em computador instaladas no Estado do Paraná ficam obrigadas a criar e manter Programa de Recolhimento, Reciclagem ou Destruição do Produto, sem causar poluição ambiental.

Art. 2º - As empresas produtoras, distribuidoras ou que comercializam o produto deverão colocar em seus estabelecimentos, à disposição do público, serviço de coleta de disquetes usados ou danificados destinados à destruição.

§ 1º - Ao receber o produto, a empresa deverá expedir nota de entrada, e uma das vias deverá ser encaminhada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para efeito de controle e fiscalização.

§ 2º - O material recolhido deverá ser repassado à distribuidora ou ao fabricante, que deverá emitir nota de recolhimento do produto.

Art. 3º - As empresas produtoras deverão promover campanhas, fazendo veicular propaganda esclarecendo os usuários sobre os riscos para o meio ambiente de se jogarem disquetes em locais não apropriados e os benefícios de se recolhê-los para posterior destruição.

Parágrafo Único - Entende-se por locais apropriados as urnas que armazenarão os disquetes inválidos.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

O disquete e similares possuem, em sua composição material, poliestireno, poliéster e outros, que levam anos para se decompor naturalmente, contribuindo para causar danos irreparáveis ao meio ambiente. Aliado ao processo de desmatamento constante das nossas florestas e ao fato de que outros produtos químicos e tóxicos são lançados em nossos rios, o disquete é mais um que polui.

Temos o dever de evitar que mais esse produto prejudique a natureza, colocando as empresas partícipes dos processos de fabricação e comercialização como responsáveis pelo recolhimento e pela destruição dos disquetes inválidos, estaremos contando com mais um aliado economicamente poderoso para a preservação do meio ambiente e alertando os usuários de disquetes para os prejuízos que poderão causar à qualidade de vida em nosso planeta.

Este projeto de lei tem intuito de conscientizar as pessoas para o fato de que os mínimos atos praticados pelo homem, somados, poderão no futuro contribuir para a des-

truição do sistema ecológico. Qualquer contribuição, mínima que seja, quando feita por cada um de nós, será um grande passo para a melhoria da qualidade de vida.

Solicito apoio aos nobres pares desta augusta Casa de Leis, para aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 255/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As sociedades em que o Estado tenha participação, direta ou indireta, e que tenham mais de 40 (quarenta) empregados em seus quadros funcionais, ficam obrigadas a manter como empregados contratados, no mínimo, 5% (cinco por cento) de pessoas com idade acima de 45 (quarenta e cinco) anos, obedecendo o princípio do concurso público.

Art. 2º - Nas licitações para contratação de serviços prevejam o fornecimento de mão-de-obra, constará cláusula que assegure o mínimo de 5% (cinco por cento) da totalidade das vagas para pessoas com mais de 45 (quarenta e cinco) anos.

Art. 3º - Ficarão excluídas do artigo anterior, as atividades que o candidato à vaga não tiver condições físicas para exercê-la.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Sabedores que somos da crise que assola o País e contudo também o mercado de trabalho, tentamos, através deste projeto, amenizar o sofrimento de pessoas que possuem uma idade mais avançada para conseguir um trabalho.

Com o avanço da tecnologia, muitos foram os setores que trocaram a mão-de-obra humana por robôs, máquinas e computadores, tornando-se então escasso o mercado de trabalho, principalmente para quem já tem idade avançada. Assim sendo, devemos ser capazes de encontrar soluções, criando novas frentes de trabalho com o intuito de minimizar o impacto vertiginoso do desenvolvimento científico e tecnológico. Para isso, é indispensável que seja concedida esta oportunidade às pessoas nessa faixa etária.

PROJETO DE LEI Nº 256/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 4º da Lei 11.280, de 26 de dezembro de 1995 que prevê o tratamento tributário per-

tinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), fica adicionado do inciso IV, que dispõe:

“Art. 4º - As alíquotas de IPVA são:

IV - 1% (um por cento) para os veículos movidos a gás natural veicular”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa propiciar uma alternativa de consumo à população que utiliza como meio de locomoção o veículo automotor. Todos sabem que o petróleo é uma fonte de energia não renovável e altamente poluente em que o Brasil não é auto-suficiente. Com as constantes altas do petróleo no mercado internacional, é de essencial importância o apoio ao surgimento de formas alternativas de energia, destacando-se que o gás natural veicular, além de mais barato é menos poluente.

Ademais o presente projeto possui relevante interesse social, pois cada veículo que utilizar desta fonte de energia, precisará instalar equipamento condizente, o que virá gerar renda e diminuir o desemprego. Além da instalação dos equipamentos, os postos de combustíveis terão que empregar mais funcionários para atender à demanda de seus clientes.

O GNV é cerca de 70% (setenta por cento) menos poluente que a gasolina, assim o incentivo para sua utilização, além de gerar empregos e renda, como afirmado acima, diminuirá os gastos públicos com despoluição e tratamento para doenças cujo agente é a poluição.

PROJETO DE LEI Nº 257/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Setentrão Paranaense - Cisamusep, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Setentrão Paranaense - Cisamusep, com sede e foro no município de Maringá, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso trabalho para garantir a implantação das diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS, nos municípios consorciados, representando-os perante quaisquer entidades de direito público ou privado, nacional ou internacional.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 258/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Luís Inácio Lula da Silva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

No dia 01 de janeiro de 2003, uma multidão recorde de 150 mil pessoas tomou a Esplanada dos Ministérios e a transformou em um mar de militantes anônimos da esquerda, misturados a jovens, trabalhadores e pessoas humildes vindos de todos os cantos do país. Tomava posse como o 30º presidente da história do Brasil (adotando-se o critério do historiador Hélio Silva, em que não são contabilizadas juntas militares e interinidades presidenciais muito curtas), Luís Inácio Lula da Silva, um pernambucano de Caetés, ex-distrito de Garanhuns, que aos sete anos fugiu da seca com a família viajando treze dias num pau-de-arara rumo a São Paulo para vir a se tornar o mais importante líder operário da história e presidente da República.

Torneiro mecânico por profissão, em 1978 surgia como líder das greves dos operários da região do ABC paulista, em um país ainda em plena ditadura militar e vivendo um jejum de dez anos de greves operárias, orquestrou a paralisação pacífica e sem violência ou quebração de 150 mil trabalhadores que reivindicaram reajuste de salários. A região do ABC e o Brasil viam nascer a liderança e poder de negociação de Lula, que culminaria na sua eleição em 2002.

Eleito presidente, com quase 53 milhões de votos, conduz os destinos da maior potência latino-americana e as esperanças de mudança e melhor qualidade de vida de todo seu povo, além de se destacar como forte liderança entre vizinhos sulamericanos que buscam vencer suas mazelas sociais e econômicas, retomar o caminho do crescimento e ocupar o espaço e respeito das grandes potências mundiais. Nas palavras do próprio presidente no discurso da posse: “a nossa força é maior do que a nossa dor. A nossa força é maior que a nossa miséria. A nossa esperança é maior que o nosso medo”.

Pernambuco que nos perdoe, mas queremos Luís Inácio Lula da Silva como cidadão paranaense - mesmo que honorário - e desta maneira, demonstrar nossa esperança em seu poder transformador, sua capacidade de negociação, sua enorme força de vontade e a certeza de

que nada será como antes de sua passagem pela presidência da República.

À vista do exposto, solicitamos o apoio dos dignos pares à presente proposta e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Hoje, conforme requerimento aprovado anteriormente, nós tivemos o Pequeno e o Grande Expediente destinados às homenagens que foram feitas ao setor de enfermagem do nosso Paraná.

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Em nome deste deputado e do presidente da Comissão, deputado Reni, que neste momento ocupa a 1ª Secretaria, quero trazer ao conhecimento desta Casa duas reuniões ocorridas hoje pela manhã na Associação de Municípios do Paraná onde esteve presente na primeira o secretário Renato Adur, o secretário da Justiça, Aldo Parcianello e o secretário da Educação Maurício Requião. Em que teve como tema de fundo, deputado Zucchinho, a velha discussão do transporte escolar dos municípios. Uma lei votada em 1997 e até a presente data está a carecer de uma efetiva execução. O parlamento de 2002 o Governo transferiu 15 bilhões de reais aos municípios, para fazer face às despesas decorrentes do transporte coletivo escolar dos municípios. Para o exercício de 2003, no ano passado, esta Casa votou um orçamento da ordem de 32 milhões de reais.

Num período de transição, senhor presidente, e até porque existia por parte do Governo, uma Comissão que estava acompanhando a futura execução do orçamento, esta Casa não teve maiores preocupações em conhecer as fontes, que com certeza iriam alimentar esse programa, que seria a transferência de recursos aos municípios.

E hoje, pela parte da manhã o secretário Maurício Requião anunciou para algumas dezenas de prefeitos, que lá estavam ansiosos por virem encaminhada uma solução, que não teria recursos e nem condições de pronto de fazer essas transferências, que em alguns municípios chegam a comprometer os seus fluxos financeiros. Municípios, por exemplo como: Palmital, Ortigueira, Tibagi, Reserva, representam um valor às vezes de até 50 mil reais gastos no transporte dos alunos de 5ª a 8ª e de 1º a 3º ano do segundo grau. Estas são despesas do Estado, que o município há anos vem arcando e que estamos buscando uma solução, inclusive com projeto de nossa lavra votado ainda por esta Casa em de 1997.

Em nome da Assembléia, que lá estive hoje, gostaria que o Bloco Municipalista e aqueles que têm interesse, em especial a Comissão de Orçamento, pudessem fazer um esforço para viabilizar recursos que hoje estão no Fundef, para ser transferido aos municípios no sentido de que possam cobrir essas despesas.

Fala-se até em uma próxima paralisação, se não houver uma solução para a transferência dessas verbas. E não é porque os prefeitos estão de má vontade. É porque não tem condições.

Então há uma solicitação dos prefeitos que aqui represento, no sentido de que esta Casa se empenhe para ver viabilizada essa transferência, que no ano passado ascendeu a casa dos 15 milhões. E este ano tem no orçamento, porém está na conta. Não no zero zero, mas está no salário educação. E o secretário Maurício Requião disse, que não tem condições de passar, porque já tem comprometimento com a rubrica de salário educação.

Também realizou uma segunda reunião na AMP, onde se fez presente o deputado Reni Pereira e o deputado Luiz Carlos Haully - representando o Congresso Nacional e o deputado Ciara, para discutirem, exatamente, sobre a reforma tributária. Temos uma reforma tributária que está em andamento com alguns prejuízos, com certeza, virão, em nome da Federação, porque a proposta que está lá no Congresso Nacional e aqui já foi feita esta colocação pelo deputado Luiz Fernando Carli. Ela vai retirar o poder desta Casa de deferir qualquer política de alíquotas nas questões de ICMS. Vai ser a federalização da legislação quanto ao ICMS.

Não concordamos, senhor presidente, e acho que ninguém de bom senso concorda com a balbúrdia que está, hoje, de alíquotas e de critérios no estabelecimento da taxa do ICMS por vários Estados. Mas também não podemos admitir que a Assembléia Legislativa e os Estados, fiquem alijados do processo de legislar. Porque, deputado Rossoni, a alíquota do ICMS pode servir e serve - em muitos casos, como fator de indutor do desenvolvimento regional. Porque a partir do momento em que for taxada, definida as taxas das alíquotas pelo Governo Federal através do Congresso Nacional, não temos condições de dar o incentivo à mandioca que tem que ser a mesma alíquota do Ceará. Ora: quebra-se o princípio da Federação. E isto retira desta Casa e retira sobretudo, dos Estados, em exercitar o sagrado direito de promover o desenvolvimento de suas regiões, levando em consideração os produtos e a peculiaridade que eles representam na economia regional.

É por esta razão que a AMP apresenta uma série de propostas e conversando com o Reni, do qual o deputado Durval Amaral também é membro, vamos nos reunir, chamar a Assembléia para uma discussão e é importante que a Assembléia participe dessa discussão. Não só a Comissão, mas que a Assembléia passe a discutir essas questões. Porque vem aí a tão propalada cobrança da energia no destino; tem a questão do petróleo, também do destino; e há alguns Estados, entre eles 9 Estados que perdem se ficar nesta prática política. Ou, adotamos, em todos os produtos, a cobrança do destino do ICMS. Ou, na origem, porque não podemos fazer exceções. Não podemos fazer exclusões onde prejudique um conjunto de Estados e entre eles está o Paraná.

Então, aqui está a atuação da Comissão representada pelo senhor presidente - este deputado, deputado Durval Amaral justificou sua ausência. Inclusive com algumas questões que tratam, deputado Augustinho Zucchi, para quem concedo o aparte, na seqüência, da Lei de ICMS que é do deputado Neivo Beraldin, repartindo 2,5 para os municípios e 2,5 para o Estado.

Concedo a palavra, em aparte, ao deputado Luiz Carlos Zucchi.

O Sr. Luiz Carlos Zucchi

Agradeço o seu aparte, V. Exa. que é um deputado estudioso e muito atento sempre às questões de interesse maior do Paraná, está levantando uma questão que é fundamental para o Paraná. Gostaria de chamar a atenção até pelo que foi comentado ontem na coluna do jornalista Fábio Campana. Em 88 quando nós tivemos a Constituinte, nós tivemos a oportunidade de acompanhar algumas coisas. A gente via claramente que São Paulo teve uma ascensão muito grande sobre as decisões que lá foram colocadas. E agora o Paraná tem uma chance extraordinária, com relação à questão da Reforma Tributária. Está relatando ou foi designado para relatar o nosso deputado federal do Paraná pelo PMDB, Partido do nosso amigo Dobrandino, Dr. Osmar Serrag. Acho que nós da Assembléia Legislativa tínhamos que fazer um levante no Paraná. Porque é a oportunidade que vamos ter de discutirmos não apenas a questão da energia, mas principalmente a questão da energia, porque é uma questão importante. Se tivermos a possibilidade de fazermos uma grande mobilização. Pode ter certeza absoluta, quem sabe nós não conseguiremos tudo aquilo que o Paraná merece e que perdeu durante todos esses anos. Pode ter a certeza, que conseguiremos uma compensação por aquilo que o Paraná deixou de receber, tendo em vista ser o maior produtor de energia hidráulica deste País.

Então gostaria apenas de me somar ao seu pronunciamento, aproveitar para parabenizar a V. Exa., o deputado Reni e também ao deputado Durval, porque já recebemos já um resumo da questão de Reforma Tributária. E é importantíssimo que nos somemos, enquanto Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para dar sustentação em primeira instância para o deputado Osmar Serrag e em segunda instância, para que cobremos dele sim, uma postura, não de deputado relator da Reforma Tributária, mas sobretudo de um deputado paranista em defesa dos interesses do Paraná, para fazer o que fizeram com São Paulo naquela oportunidade.

Desculpa se me alonguei. Era esse o aparte que tinha ao seu brilhante pronunciamento.

Muito obrigado!

O Sr. Natálio Stica

Deputado José Maria, só para somar-me ao pronunciamento de V. Exa. e parabenizá-lo pelo estudo que está fazendo. V. Exa. está com toda a razão. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tem o dever, nesse

momento, de encampar essa luta, aproveitando o momento para discutir essa questão da Reforma Tributária dos impostos que são devidos ao Estado do Paraná e que aqui não ficam.

Cita muito bem a questão da energia, que as áreas alagadas que consomem terras do Paraná e o imposto é cobrado, principalmente no Estado de São Paulo. Falou também do petróleo, temos a Repar - Refinaria da Petrobrás aqui em Araucária. E daqui exportamos, não vou questionar os Estados Unidos e Paraguai, mas os Estados do Mato Grosso, Santa Catarina e São Paulo; também o petróleo que mandamos aos Estados do nordeste brasileiro por cabotagem, que o imposto normalmente não é cobrado aqui. Não bastasse isso, senhor deputado, na questão do petróleo vou muito mais além. Não fosse a questão econômica que perdemos no Estado do Paraná, perde o Brasil a falta de uma política séria de ser cobrado na fonte na questão do petróleo. Porque aí sim, acabaríamos de vez com a sonegação. Hoje o Paraná recebe produtos que vêm principalmente do Estado de São Paulo e fazem superposição de notas, não passando pela fiscalização, não é cobrado nem no local de origem e muito menos aqui no local de entrega, quando é importado produtos e até álcool às vezes.

Então V. Exa. está com toda a razão, um trabalho que V. Exa. faz, que vai beneficiar o nosso Estado e a Assembléia tem o dever de participar nessa Comissão, Inclua-me, nesse trabalho porque é um trabalho que vai resgatar a economia, a seriedade e a ética para o nosso Estado. Parabéns!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço vosso aparte, deputado Stica, bem como o do deputado Augustinho Zucchi. Pediria licença ao senhor presidente, deputado Hermas Brandão, para apenas relacionar os itens que a AMP, a Associação dos Municípios do Paraná defende, com relação à reforma tributária. E, vejo com muita tranquilidade, deputado Durval Amaral, que nós também possamos assumir esta bandeira, além de outras, que haveremos de estar defendendo nos próximos meses.

Quanto ao petróleo e à energia, a cobrança do ICMS seja realizada na origem. Quanto ao IPTU e ITBI, manutenção da competência tributária dos municípios. Quanto ao IPVA, repasse aos municípios de 80% do valor arrecadado. ISS: manutenção da competência de cobrança aos municípios. Quinto: participação dos municípios em todos os tributos partilhados.

O que ocorre? O deputado Luiz Carlos Haully, juntamente com o técnico Arruda, estava fazendo uma exposição, hoje, lá na AMP e mostra o crescimento da taxa dos últimos 10 anos, aonde neste crescimento da receita pela União os municípios foram escamoteados. Por quê? Porque reza que o FPM participa o IPI e o IR. E aí não sabemos porque a carga tributária aumenta em relação ao conjunto da sociedade. Mas, esta mesma carga tributária não representa receita aos nossos municípios. Porque a

grande carga tributária foi derivada em cima das contribuições. É Confins, é SID, e assim vai.

E as contribuições não fazem parte do bolo que vai determinar a distribuição, através do FPM, nem FPE. Isto, concentrado todo o acréscimo da carga tributária nas mãos da União. É por isso que este item 5 com justeza, reclama a participação dos municípios na cobrança de todos os tributos. O ITR, também, hoje é partilhado com a União. Há uma proposta do deputado Luiz Carlos Hauhy, até pelo valor. Como é que a União consegue estabelecer um cadastro justo com a cobrança do ITR? É o município quem sabe fazer isto e tem os instrumentos mais apropriados para realizar esta tarefa. Por isto, pleiteia-se que ele seja cobrado através dos municípios.

ICMS: a proposta é passar dos 25% atuais para 30%. Esta é uma proposta que vem dizer bem próximo com o Estado, porque isto vai tirar dos recursos de cada Estado. Hoje, 25% do bolo arrecadado de ICMS destina-se aos municípios e a proposta é que passe para 30%.

Os royalties: 50% da distribuição dos royalties serão para os municípios lindeiros e os outros 50% rateados entre os demais municípios do Estado.

Aumento da Participação do PFM no IR e no IPI, dos atuais 22,5% para 27,5%.

CPMF: que a contribuição seja permanente e o índice elevado de 0,4 do total arrecadado e rateado com os municípios a taxa de 22,5. Aqui, eu sou contrário a qualquer aumento de carga tributária. Disse isto hoje na AMP. A sociedade não agüenta mais pagar impostos. Nós precisamos legitimar a aplicação destes impostos em prol da sociedade e fazer com que os impostos sirvam, de forma competente, aos desígnios para os quais foram criados. Não a ampliação.

Pasep: tornar os municípios imunes à cobrança do Pasep.

Estas são as reivindicações colhidas lá na AMP com relação à reforma tributária. Muito obrigado, senhor presidente. Agradeço pela concessão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No horário destinado ao PFL, concedo a palavra ao deputado Plauto Miró.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Subo nesta tribuna no dia de hoje para relatar aqui e deixar gravado nas notas taquigráficas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o manifesto feito pela Associação Médica de Ponta Grossa e a Unimed de Ponta Grossa, com relação à implantação do curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

(Lê):

“Ponta Grossa, 6 de maio de 2003.

Século XXI, ano de 2003, Era da Informação, do Conhecimento, e onde as mudanças ocorrem em tal velocidade que temos dificuldade em acompanhá-las.

Ponta Grossa, cidade pólo de uma das regiões que mais se desenvolve no Estado do Paraná.

Universidade Estadual de Ponta Grossa, entidade de ensino superior com 33 anos de existência, de cujos bancos universitários saíram centenas de personalidades de destaque profissional, que se fôssemos elencar preencheríamos diversas laudas e, com certeza, incorreríamos em falhas por não lembrança de muitos deles.

Associação Médica de Ponta Grossa, entidade representativa da classe médica de nossa cidade, com existência há 72 anos, com diretoria constituída e com representatividade legal e moral para defender os interesses associativos de seus membros.

Unimed Ponta Grossa, entidade representativa da defesa do campo de trabalho dos médicos da Região dos Campos Gerais.

Estas são apenas algumas das inúmeras instituições que podemos citar como diretamente interessadas na evolução e no crescimento de um curso de Medicina em nossa região.

Mas, sem nenhum escrúpulo, a começar pela Associação Médica de Ponta Grossa, todas foram colocadas à margem, por pessoas alheias aos nossos interesses e motivadas por não se sabe quais objetivos, do processo de discussão sobre o curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Senhores cuja representatividade legal não discutimos, mas cuja “representatividade de fato” é inteiramente questionável, visto que em muitos anos no comando das entidades que “dirigem”, nunca, aqui, moveram uma palha para discutir o estado de saúde e a qualidade do campo de trabalho do médico de Ponta Grossa e região dos Campos Gerais.

Pessoas que parecem viver no século passado quando as coisas eram decididas por poucos e cumpridas por muitos e que, até agora, não perceberam que as mudanças ocorreram e que vivemos numa época onde os direitos obrigatoriamente devem ser preservados.

Se esses “representantes dos médicos”, como são rotulados na imprensa do nosso Estado, querem melhorar as condições do exercício profissional da nossa classe, deveriam estar preocupados e estar procurando discutir uma política federal de atendimento à saúde, lutando por uma distribuição mais homogênea no território nacional dos profissionais médicos recém-formados, por uma melhor remuneração pelos atos médicos, por mais recursos destinados para o fornecimento de medicamentos à sofrida população de nosso País, contra o sucateamento de nossas instituições hospitalares, enfim, por uma vida mais saudável do povo brasileiro.

Mas, talvez estas batalhas sejam muito grandes para serem enfrentadas, talvez seja mais fácil obter sucesso lutando em causas menores, criticando aqueles que querem crescer, pois pequenos é como desejam que permaneçam.

Porém, nós, membros da comunidade de Ponta Grossa não aceitamos as tentativas de interferência nos destinos das coisas de nossa região.

Nós membros da classe médica diretamente interessada no assunto em questão, exigimos mais respeito pelo nosso nome como classe, exigimos mais respeito pelos direitos obtidos por nossa comunidade, exigimos mais respeito pelas instituições de nossa cidade e hipotecamos apoio total e irrestrito ao curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa e a todos aqueles que, como nós, querem ver a continuidade do desenvolvimento sócio-educacional de nosso país.

Aqueles que pensam que podem dirigir nosso destino estão completamente enganados, estão na rota contrária do nosso crescimento, e devem entender que a sociedade dos Campos Gerais tem maturidade mais do que suficiente para saber o que quer, e o que queremos é a prerrogativa de decidir por nós mesmos, não queremos nada além do que a garantia de nossos direitos, pois de nossos deveres saberemos ser cumpridores.

Associação Médica de Ponta Grossa
Unimed Ponta Grossa”.

Senhor presidente, senhores deputados.

Essa é a palavra da Associação Médica e também da Unimed da região dos Campos Gerais e da cidade de Ponta Grossa, mostrando eles que lá residem, eles que lá trabalham; mostrando que conhecem tudo aquilo que está sendo feito na Universidade Estadual com relação ao curso de Medicina.

Esses que criticam, nobre deputado Stica, senhoras e senhores deputados, em nome de entidades superiores, o curso de Medicina da UEPG, não sabem o que estão falando! Tem que ir lá na Universidade visitar pessoalmente o *campus* da Universidade, ver os números do que já foi investido no curso de Medicina, ver as instalações, os laboratórios e os professores qualificados que estão dando aula a quarenta acadêmicos de medicina naquela universidade!

Não é justo, senhor presidente, vermos essas entidades pressionando o senhor governador para fechar aquele curso! Não é justo ver tudo que já foi feito em nome desse curso de Medicina na UEPG! Mas sei que o governador Roberto Requião é responsável e vai ter o equilíbrio de decidir e fazer o que é certo e pelo que todos aqueles que falam e conhecem a UEPG; dar continuidade ao curso de Medicina naquela instituição de ensino superior.

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Horário destinado ao PSDB.

(Declina)

Horário destinado ao PTB.

Com a palavra o senhor deputado Jocelito Canto.

Antes, porém, quero registrar as presenças do senhor Paulo Farias, diretor da assistência social da cidade de Castro; do vereador Nelson Farias, do PPS de

Castro e a presença no nosso plenário, do prefeito de Ponta Grossa, Péricles Holleben de Mello.

Com a palavra o senhor deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Na mesma linha do deputado Plauto Miró Guimarães, também queremos nos pronunciar nesta Casa, sobre a notícia dada pelo governador Roberto Requião, que acha não ser viável a continuidade do curso de medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Entregamos, hoje, a cada um dos senhores deputados e também ao Comitê de Imprensa desta Casa, uma cópia de um material que nos foi encaminhado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa onde mostra tudo sobre o seu curso de Medicina: todos os dados, motivos, quando foi criado, custo financeiro, decretos de autorização, que dessa forma podem ajudar a mudar a idéia do nosso governador de não prosseguir com esse curso de Medicina.

Daqui a pouco, senhor presidente, teremos uma reunião aqui nesta Casa com a presença do secretário do Ensino Superior, com a presença do prefeito Péricles que está presente aqui, também do deputado Plauto, de todos nós; a comunidade está unida e eu gostaria de chamar a atenção do governador Roberto Requião porque, neste momento, há uma união muito forte em Ponta Grossa, em torno desse curso de Medicina e não podemos aceitar que ele seja tratado da mesma forma como estão sendo tratados cursos que ainda serão implantados.

O nosso curso, senhor presidente, senhores deputados, é totalmente diferente: já está em andamento, tem alunos em sala de aula, foi criado em 1968 - há 35 anos - e quando falamos nesse curso recebemos também o apoio da Prefeitura que se propõe a colocar à disposição do governo, para que não haja necessidade de construir um hospital - o Pronto Socorro Municipal, que é um hospital municipal, que tem condições de ser um hospital-escola e também o Hospital de Ponta Grossa, Hospital da Criança que poderão servir como hospitais-escolas, diminuindo o custo dessa obra que teria que ser construída. Ao mesmo tempo, senhor presidente e senhores deputados, temos ainda o Hospital Vicentino, a Santa Casa, que se propõem a ser escolas.

Então o nosso maior problema hoje vem de pessoas como o Dr. Ronaldo da Rocha Loures Bueno e o Dr. Mario Antonio Ferrari, que fazem parte da AMB e fazem parte como secretário do Pré-Enem, que fizeram um julgamento, no meu ponto de vista, precipitado, que estão a querer jogar fora todo o sonho de uma comunidade e querem jogar no lixo o nome da instituição que é a Universidade Estadual de Ponta Grossa. No momento em que Ponta Grossa perder esse curso de Medicina, a nossa universidade também perde credibilidade. Isso não podemos aceitar, porque a nossa universidade tem os maiores que-

sitos, em todos os momentos, como universidade ao longo dos anos.

O encerramento desse curso vai estar prejudicando a imagem da nossa Universidade de Ponta Grossa, o que mais nos preocupa.

Por isso, senhor presidente e senhores deputados, queremos que o governador Requião reflita, nos dê a chance do contraditório. Que ele possa até, se quiser na seqüência, fechar o curso de Medicina, mas ele precisa ouvir o povo de Ponta Grossa; ele precisa discutir com o povo de Ponta Grossa, que lhe deu a maior votação no 2º turno.

O governador pode até fechar! E isso não são palavras minhas, do deputado Ângelo Vanhoni, que esteve em Ponta Grossa no último final de semana.

Gostaria, senhor presidente, ao finalizar, pedir que o governador reflita, discuta com a comunidade, nos mostre por que ele não quer que o curso de Medicina aconteça. Nós temos tudo pronto, temos os alunos em sala de aula. Precisamos continuar com o curso. Não podemos parar.

Acho que o governador Roberto Requião vai arrumar uma grande confusão em Ponta Grossa se suspender esse curso.

Ponta Grossa está unida, os Campos Gerais estão unidos! Vamos ter uma marcha não de dois ou três, à pé, uma marcha do povo que não suporta e não vai ficar em momento nenhum calado. Acredito que se o governador nos der a oportunidade, der a oportunidade do reitor, dos técnicos da universidade, de todos nós que fazemos parte da política, mostrar o contrário, ele vai nos apoiar e vai continuar com o curso de Medicina em Ponta Grossa.

Permito um minuto ao deputado Bradock.

O Sr. Delegado Bradock

Deputado Jocelito, deputado Plauto, prefeito Péricles, quero somar a vocês todos, o meu apoio. Sou de Ponta Grossa, fiz todos os meus cursos superiores na tradicional Universidade Estadual de Ponta Grossa, e desde quando entrei na Universidade pela primeira vez, em 1972, ouvia falar do curso de Medicina. É inadmissível que neste momento se fale em desativar tal curso em Ponta Grossa! Seria uma provocação com o povo de Ponta Grossa e dos Campos Gerais.

Dá a entender que em cada governo que entra, há um realce às cidades do Norte e Curitiba, passando por Ponta Grossa como nada! Ponta Grossa tem que ser respeitada, deputado Jocelito Canto, o seu povo tem que ser respeitado; é um povo trabalhador, decente e ordeiro - cívico. Não podemos aceitar, em hipótese alguma, que o governador, sem saber direito das coisas que acontecem em Ponta Grossa, venha a cancelar o curso de Medicina.

Era isso o que eu queria dizer, deputado.

O SR. JOCELITO CANTO

Muito obrigado, deputado Bradock!

Senhor presidente, para finalizar, gostaria mais uma vez...

O Sr. Barbosa Neto

Permite um aparte, deputado Jocelito?

O SR. JOCELITO CANTO

Claro, deputado Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

V. Exa. já passou dois minutos e meio do seu tempo.

O Sr. Barbosa Neto

Apenas para solidarizar-me ao deputado Jocelito Canto e ao deputado Plauto Miró, e dizer que não sou da região de Ponta Grossa; poucas vezes estive na Princesa dos Campos Gerais, mas gostaria também de fazer um apelo ao governador do Estado, que tanto zela pela educação, já que tem formação superior em dois cursos, para que ele possa rever esse conceito, porque vemos tantas e tantas faculdades particulares, muitas delas sem condições de formar esses futuros profissionais da área de Medicina, principalmente, uma atividade essencial. E tenho certeza que, através do investimento na educação, vamos conseguir consertar essa realidade. E aqui quem fala é uma pessoa que estudou durante toda a sua vida, não em escolas particulares, mas em escola pública, e que sabe a dificuldade de chegar em uma universidade estadual, como eu cheguei em Londrina, sem ter condições de cursar um curso particular e, graças a Deus, e à oportunidade que me foi dada, consegui me formar.

Vejo que é uma conquista que não pode ser revertida. Os Campos Gerais precisam da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como precisam, acima de tudo, aqueles que ainda nem entraram no curso de Medicina, mas que sonham em um dia também serem doutores na vida.

Muito obrigado senhor deputado. Era essa a minha colocação!

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Nós cedemos o Horário das Oposições para que o deputado Jocelito Canto possa usar o tempo da Oposição também.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

V. Exa. tem cinco minutos, com a gentil oferta do deputado Elio Rusch.

O SR. JOCELITO CANTO

Esta Casa hoje está cheia de alegria, até mesmo porque o deputado José Maria falou uns vinte minutos agora há pouco. Não sei que horário ele usou, mas falou à vontade...

Então, vamos falar mais cinco, e permito um aparte ao deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Nobre deputado, senhoras e senhores deputados.

Só mais um complemento às suas palavras, para que possamos dizer aqui relatando e contando tudo aquilo que acontece com relação ao curso de Medicina.

Para que vocês tomem consciência e tenham a idéia do que já foi feito na Universidade, de quanto já foi investido nesse curso, para que vocês tomem pé que neste momento a vontade e aquilo que o governador do Estado falou realmente não é o correto.

Já foi investido, só no ano de 2002, dois milhões, duzentos e cinquenta e nove mil para aquisição de laboratórios, construção de bloco do curso de Medicina; tivemos a contratação dos professores - preparados - para dar a aula necessária. A partir do ano de 2006 teremos a necessidade do Hospital Universitário. Então, daqui a três anos; e para isso nós temos a parceria, agora, da Prefeitura Municipal, que coloca a estrutura do Pronto-Socorro Municipal e também do Hospital da Criança para ser o Hospital-Escola.

Então, mais uma parceria a ser feita, onde os custos diminuam.

Agora para fechar, quando se fala em custos, custos elevados, quero aqui falar, senhor presidente. Há mais ou menos uns vinte dias atrás, o governador esteve no município de Bandeirantes, na Faculdade Particular Luiz Meneghel e lá estatizou aquela faculdade, que tem cursos de Agronomia, Informática, Veterinária e aos mais outros três cursos que agora não lembro. Isso custou aos cofres do Estado, cinco milhões e oitocentos mil reais por ano! Esse é o custo da estadualização daquela faculdade particular!

Isso para mim acaba se tornando uma desfeita para Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais e em especial à nossa Universidade, porque, para estadualizar uma faculdade particular tem dinheiro, agora, para dar continuidade em um curso que já tem os seus acadêmicos em salas de aula, diz que não tem dinheiro!

Não é justo! São dois pesos e duas medidas!

Então, espero que o governador possa refletir com equilíbrio para que possa decidir com certeza aquilo que é o certo, que é a continuidade do curso de Medicina!

O SR. JOCELITO CANTO

Permito um aparte ao deputado André Vargas.

O Sr. André Vargas

Deputado Jocelito; prefeito Péricles, que aqui acompanha com atenção, deputado Plauto, deputados e deputadas, não poderia deixar de me manifestar.

Desde o início do governo Requião e até antes dele, mesmo na campanha, nós manifestamos o apoio incondicional ao governo, incondicional no sentido de que não pleitearíamos e disputaríamos espaços de governo, mas, havia duas condições e há essas condições, são presentes: uma é a questão nacional, a questão do Lula, e a outra, é a questão especial que merecem as cida-

des governadas pelos nossos prefeitos, e de uma forma geral, e Ponta Grossa está no centro das nossas prioridades.

Tenho visto com atenção a dedicação do prefeito Péricles e a preocupação com essa questão, e tenho a certeza que nós, do PT, discutiremos amanhã na reunião de bancada; levarei essa discussão para que possamos procurar o governador, sensibilizá-lo, para esse curso, que é importante, sim.

E a comparação do deputado Plauto é procedente, à medida em que foi estadualizada uma Universidade em Bandeirantes, importante também, mas deveremos levar, e este deputado não dará tréguas nesse embate que V. Exa. e o nosso prefeito - prefeito não só do PT, mas acima de tudo prefeito de Ponta Grossa -, está empenhado na solução dos problemas da sociedade e o central é a instalação desse curso.

O Sr. José Maria Ferreira

Deputado Jocelito, agradeço a sua gentileza para recolocar uma colocação feita pelo deputado Plauto Miró com relação a Bandeirantes. Não quero entrar aqui no mérito, na questão de Ponta Grossa, porque eu faria a sua defesa nesta Casa e diante do próprio governo, mas quero dizer que a Faculdade, a Fundação Faculdade Luiz Meneghel não é particular, não é privada; é uma fundação mantida pelo município de Bandeirantes com o apoio da família Meneghel.

Então, só essa correção, porque senão amanhã poderemos dizer: “É, o governador estadualizou uma faculdade particular, como dito, e não está reconhecendo um curso em Ponta Grossa”. Ela é uma fundação municipal, ela é pública. Então, aqui só a correção.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Mas, foi encampado pelo governo do Estado, ele assumiu.

O Sr. José Maria Ferreira

Sim, ele assumiu. Esta Casa e V. Exa. votaram lá atrás para que ela pudesse ser, V. Exa. votou no mês de agosto, de dezembro, não sei quando; votou.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

V. Exa. tem um minuto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, gostaria de agradecer a todos os deputados que tiveram a sua participação neste nosso pronunciamento. Sabemos da luta de todos, principalmente pelo curso de Medicina em Ponta Grossa; sabemos da luta de toda a sociedade dos Campos Gerais. Nós não queremos brigar com o governador, queremos que o governador apenas mude de idéia, queremos que ele deixe continuar esse curso que começou lá atrás e que, sem dúvida nenhuma, é muito importante para Ponta Grossa e para os Campos Gerais e para também todo o

Paraná. Não estamos falando de um curso que vai começar, está em andamento. Então, queremos que o governador nos atenda, que vá a Ponta Grossa, se reúna com a comunidade, discuta. E vou terminar dizendo, palavra do nosso líder aqui, que eu quero agradecer ao Ângelo Vanhoni que foi a Ponta Grossa.

E, veja como é, senhor presidente, na saída de Ponta Grossa bateu o carro ainda no dia que ele foi lá exatamente tratar dos assuntos da nossa universidade de Ponta Grossa.

Eu gostaria de agradecer esse empenho do deputado Ângelo Vanhoni, que tem se mostrado um verdadeiro líder deste Governo aqui na Casa e, ao mesmo tempo, transmitir aqui uma frase sua, uma palavra sua: o governador pode até fechar o curso de medicina em Ponta Grossa, mas primeiro tem que se reunir com o prefeito - que aqui está presente - com os deputados, com a universidade, com os líderes, com os estudantes, com a sociedade, e nos provar que ele tem razão do fechamento desse curso de Medicina. Fora isso, eu acho que se o governador fechar o curso de Medicina em Ponta Grossa, estará indo para o seu currículo: o governador que fechou o curso de Medicina em Ponta Grossa.

Muito obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Senhor presidente, sei que não existe mais o tempo necessário, já que cedemos também o Horário da Liderança da Oposição para que o deputado Jocelito, junto com o deputado Plauto, e aproveitando a presença do prefeito de Ponta Grossa, nosso companheiro, deputado Péricles de Mello, apenas dizer que não deve ser a questão da Receita do Estado, não, porque a Secretaria da Fazenda parece que comemorou muito agora no início do mês mais um record na Receita do Estado. Isto é fruto da mudança do perfil econômico do Paraná. Nós já tínhamos relatado aqui na tribuna a Receita que tivemos nos meses de janeiro e fevereiro, primeiro bimestre do Estado do Paraná, ultrapassando a cada dois bilhões de reais da Receita própria e também da transferência, ou seja, da Receita da União.

A mesma coisa acontecendo agora, eu não tenho os números, mas eu fui informado, parece que só em ICMS, o governo do Estado agora, no último mês, arrecadou mais de 700 milhões de reais! Esta informação passaram para mim e eu digo que não pode ser verdadeira; não posso acreditar nisto.

Mas vamos ter a presença agora neste mês de maio, já que a lei de responsabilidade assim o diz, nós teremos uma explanação sobre o desempenho da Receita do governo do Estado nesse primeiro quadrimestre, quando a Casa ficará sabendo oficialmente quanto foi a receita do Estado nesses quatro primeiros meses e quanto de dinheiro dispomos em caixa; acredito que não é a situação econômica que leva ao fechamento do curso de Ponta Grossa, que nós queremos evitar que não se con-

cretize, porque jamais um governo pode querer fechar qualquer curso!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Pela ordem, deputado Augustinho Zucchi, lembrando que o pedido pela ordem é para discutir ou corrigir o assunto que está sendo debatido, o que não foi o caso.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Apenas uma frase, presidente, talvez dinheiro para sobrar em caixa também depende de muito como se gasta ele. Tem vezes que não adianta arrecadar, quando há uma gastança, muitas vezes desnecessária. Acaba ficando muitas vezes até empreiteira de calçamento de pedra irregular com trinta mil reais sem receber, e fazendo greve na frente da Secretaria da Fazenda.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)

Só para corroborar com essa discussão, para dar um testemunho da correção do secretário da Fazenda do Paraná, Dr. Heron Arzua, e do seu diretor-geral, Dr. Nestor Bueno, que são meus conhecidos como servidores da Prefeitura de Curitiba. Um e outro foram secretários da Fazenda da cidade de Curitiba e são de ilibada qualidade moral. Talvez por isso a arrecadação do Estado tenha crescido tanto e tão depressa. Não acho que sejam raposas cuidando do galinheiro.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (Pela Ordem)

Só para me referir ao deputado Elio Rusch que está estranhando que o Estado está arrecadando - claro que é um progresso do Estado, e cada dia, cada mês, todo mundo paga mais, ainda mais num governo sério como o governo Requião.

Mas só para comunicar à Casa que o governador hoje suspendeu um contrato do Detran em que o Estado pagaria nove milhões de reais por cem out-doors, com um edital falsificado e que o governador coloca aos cofres do Paraná mais nove milhões, contrato feito pelo governo passado. Deixam de ser roubados do Paraná, mais nove milhões.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Não posso jamais concordar com o deputado Antonio Anibelli. A Receita do Estado não tem nada, em absoluto, com aquilo que você gastar no custeio, se gastar em investimento, é outra coisa. A Receita provém de quê? Dos impostos que você arrecada! Agora, se você decretar uma moratória em 90 dias, lógico que você tem um superávit orçamentário de 599 milhões de reais, como está publicado no Diário Oficial, dia 31 de dezembro; não se pagou ninguém! O pagar ou não pagar não tem nada a ver com a Receita do Estado, absolutamente

nada! Se não pagar ninguém, não gastar nada, romper os contratos, lógico, o dinheiro tem que estar em caixa, o dinheiro tem que ficar aí! A receita não vem de uma hora para outra, não! A Receita do Estado e do município provém dos impostos que a própria comunidade paga!

E de onde é que provém isto? A maior receita é do valor agregado, que é a industrialização. Você tem que ter um projeto de longo prazo. É isso que sempre tivemos no Paraná.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, deixe-me colocar a minha colher nessa receita e dizer o seguinte: a Receita do Rio Grande do Sul também cresceu extraordinariamente como a de Santa Catarina, São Paulo e Brasil. Isso é uma realidade nacional. O que disse o deputado Anibelli, que havia bandalheiras grandes, isso ninguém pode negar; é um assunto morto.

A outra questão é a dos deputados Plauto e Jocelito, em Ponta Grossa: acho que nós, paranaenses, deveríamos nos unir para que o governo federal federalize uma universidade para que possamos investir mais na crescente necessidade de se investir em cursos, no nosso Estado do Paraná, por conta do Tesouro do Estado. Politicamente, se o governador Requião é amigo do presidente Lula, se a bancada do PT dá apoio ao Requião, aqui, por que nós, paranaenses, não nos unimos nessa bandeira, que é uma das mais justas deste País? O Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina não têm a situação que nós temos. Acho que temos que pegar essa bandeira como a de maior interesse do Paraná, porque aí, sim, poderemos atender à demanda de nossas microrregiões do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO IVO ILKIV (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Eu gostaria de me pronunciar só para estabelecer um contraditório, que foi dito em algumas questões.

Primeiro, quando à questão do curso de Medicina de Ponta Grossa, acho que o governador Roberto Requião, quando tem uma atitude dessa natureza, de muita coragem, pode ser taxado de ser dinossauro, ultrapassado, de não querer o desenvolvimento de Ponta Grossa ou de não ter investido na educação.

Quando fui prefeito em União da Vitória, disse não para uma extensão de curso de Direito para essa cidade, onde jogava toda a responsabilidade do município, de gastar um milhão e meio, para formar 150 advogados, sendo que nós muitas vezes na comunidade, estamos dando banho nas nossas crianças, no Centro de Educação Infantil, dentro de um tanque de lavar roupa! Temos caminhonetes andando neste Estado do Paraná, tocadas à gás, sem segurança nenhuma, transportando os nossos estudantes!

O Estado do Paraná assumiu há muito tempo várias universidades, que deveriam ser de responsabilidade da esfera federal. Comparando o Paraná com o Rio

Grande do Sul, acho que chega de o nosso Estado assumir atribuições que não são de sua competência. Portanto, acho que o governador está coberto de razão, porque os recursos que o Estado tem para investir são aqueles e não tem mágica, não tem de onde tirar mais daquilo que ele tem. O Estado tem que pensar no ensino fundamental e na educação infantil - é de 0 a 6 anos que forma o caráter e a personalidade de uma criança; depois você apenas aprimora.

Tudo tem uma fase na vida: a fase do desenvolvimento da linha do raciocínio; a fase que cresce e depois não cresce mais. Hoje não tem verbas do Estado e nem da União, na educação infantil. Precisa-se de mais recursos no ensino fundamental. Essa é a nossa atribuição, a do governo do Estado.

Para concluir, quero dizer ao deputado Elio Rusch que, quando se fala pela terceira vez que a Receita do Estado aumentou, fui prefeito e sei disso, que janeiro, fevereiro e março, têm um reflexo muito grande nas Receitas, com as vendas de final de ano. Esse é um fator importante de se levar em consideração, antes de dizer que é a industrialização do Estado, porque no mês de dezembro é jogado no mercado todo um 13º que acaba aumentando as vendas e isso reflete no FPE - Fundo de Participação do Estado, no ICMS, no IPI, que é aumentado e automaticamente aumenta o nosso FPE. Tem mais um fator, além do 13º, que acaba entrando no mercado: no final do ano passado, a inflação no nosso País foi lá em cima. Posso dizer, com certeza, que uma lata de óleo que antes era 1,30, no mês de dezembro, passou a 2,30. Isso refletiu, elevou a receita exatamente pelo custo de vida, que elevou em nível no nosso Brasil todo.

Por isso todos os Estados tiveram aumento de Receita, principalmente nos primeiros meses, reflexo do consumo do final de ano.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só para, dentro desta discussão, colocar ao deputado Pedro Ivo que ele é meu convidado, convidado do deputado Jocelito Canto, convidado do prefeito Péricles - que é do seu Partido, do reitor, para conhecer pessoalmente o que já tem implantado, construído, comprado e contratado para que esse curso de Medicina possa ter a sua continuidade.

Quero avisá-lo que no orçamento do Estado - elaborado o ano passado para ser executado este ano - tem mais de seis milhões de reais no Orçamento à disposição dessa implantação do curso de Medicina.

Com relação ao ensino fundamental ele agora tem a condição real de sair do discurso e ir para a prática, que é buscar junto aos seus deputados federais, junto a Brasília, para que o governo federal possa aplicar mais no ensino fundamental, porque agora acabou o discurso; está na hora da prática!

Está convidado, deputado, a ir lá em Ponta Grossa, na universidade estadual para visitar, e antes de falar, ver o que lá realmente está acontecendo.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Não estou entendendo mais nada, senhor presidente. Parece que estamos em Brasília! De um lado, temos um grupo do PT, que é favorável à continuação do curso de Medicina, de outro, temos aqui uma outra ala que parece que é contrária. Parece que estamos na reforma de Brasília aqui, que não entendemos!

De um lado é o prefeito do PT que está aqui presente, um grupo do PT é favorável e outro contrário, é difícil, presidente, governar este País. Se aqui está assim, é complicado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para comunicar aos membros da CPI do Banestado que amanhã, às 10h teremos uma reunião interna, após o que teremos uma reunião aberta, às 10h30.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (Pela Ordem)

Senhor presidente, nessa mesma linha da discussão anterior, gostaria de fazer um pequeno comentário nesse sentido. Aqui não tem lado, é um lado só. Eu, graças a Deus, tenho só um lado e imagino que a maioria aqui também.

Eu vi aí o questionamento dos deputados de Ponta Grossa, com muita propriedade, claro, quem não quer uma universidade na sua cidade? Acho que Ponta Grossa é uma cidade que tem uma importância enorme no contexto paranaense, ela merece, com certeza!

O que eu lamento, na verdade, é que no final de um mandato de governador, tenha sido implantado ato desta envergadura, para que outro assuma. Isso realmente merece discussão mais aprofundada. Teve oito anos de mandato o senhor Jaime Lerner, e só no final do seu mandato implanta isso; quem vai pagar é o outro, como alguns aumentos que foram questionados nesta Casa. Para alguns setores do funcionalismo, que só deram quando estava saindo, mas passou oito anos massacrando! Isso merece uma discussão maior!

Eu vou conversar com o governador: é determinado mas é democrático; com certeza vai conversar, o que não quer dizer que vai aceitar ou mudar de opinião, mas conversar é necessário. Eu só pedi esta fala porque o nosso amigo, deputado Bradock falou uma frase que eu discordo, ele disse que o governador sem conhecer, com desconhecimento, toma esta decisão.

Não acredito nisso, o governador para tomar - e disse bem o deputado Pedro Ivo - o Requião teve a coragem de se expor num ato como esse, dizendo que até pode cancelar este curso. Não é qualquer governador que tem a coragem de fazer isso!

Quero dizer ao meu amigo Bradock que o Requião, para tomar essa atitude, é uma atitude de quem tem a responsabilidade muito grande com o Paraná. E isso, com certeza, é baseado em estudos, que vai real-

mente sobrecarregar outros setores que são também importantes como o caso da saúde, da educação.

Quero dizer aos deputados de Ponta Grossa, que vejo a sua preocupação com muita propriedade: eles são deputados da sua cidade e têm a preocupação. Está aqui o Bradock, que se formou na Universidade, é de Ponta Grossa, tem mesmo que defender os interesses da sua comunidade. O governador só tomou essa atitude com certeza baseado em estudos que lhe levam.

O SR. DELEGADO BRADOCK (Pela Ordem)

Quero dizer que realmente, talvez o governador não saiba mesmo qual é a situação da Universidade de Ponta Grossa, porque conseguir uma celeuma desse tamanho, sendo que o curso já está em andamento? O curso que foi criado há 53 anos, onde o anseio de toda a população sempre foi ter o curso de Medicina. E agora, sem mais e sem menos diz que o curso é inviável! Não está sabendo o que está fazendo.

Então, insisto em dizer que se ele soubesse o que estava fazendo, não viria com essa discussão até esta Casa de Leis.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

É uma questão de memória. Não podemos nunca perder a memória. Como costuma dizer o ilustre deputado Rafael Greca, "a memória é a lembrança do coração". Não podemos perder a memória.

Quero aqui baseado no que o deputado Dobrandino coloca da situação que foi criado o curso de última hora.

Existe uma memória neste Estado. Queria lembrar a todos 1995, 1º de janeiro, quando se assumiu o novo governo. Mário Pereira, que governou o nosso Estado por nove meses. Um homem sério, um engenheiro brilhante, homem dinâmico de conduta ilibada. Determinou a instalação do curso de Medicina em Cascavel, a sua cidade, presidente, e determinou a construção de laboratórios, não só em Cascavel, como nos campus, inclusive, deputado Dobrandino, no campus de Foz do Iguaçu. Eu, na época, como chefe da Casa Civil, fui inúmeras vezes àquelas cidades, deputada Elza, para conciliar. E o que aconteceu? O curso foi implantado! As construções que foram autorizadas de mais blocos para a unidade de Cascavel, como também dos outros municípios onde existem campus, em Marechal Cândido Rondon, Toledo, Foz do Iguaçu, as obras foram concluídas e a conta foi paga pelo governador da época, que era Jaime Lerner. O que existe é uma sucessão. O Estado não pertence a Jaime Lerner, ao Roberto Requião ou ao presidente Stica ou a qualquer um dos deputados. O Estado somos nós. O Estado é a sociedade. Existe a sucessão; devemos seguir e pagar. Por que um pagou? Não pagou com o dinheiro do bolso dele: foram todos os paranaenses, com os tributos que recolhemos.

E faço essa questão de ordem, senhor presidente, porque tenho uma preocupação: se o governo Roberto Requião cancela um curso já em andamento - já o questionei através da tribuna - como fica o curso de Guaraçuva, que já existe um decreto autorizando a instalação, existem recursos alocados no Orçamento, existe o compromisso do governador Roberto Requião de que iria instalar esse curso em seis meses, se ele fosse governador!

Por isso, levanto essa questão de ordem.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Com a palavra, o deputado Ratinho Júnior.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Obrigado, presidente Stica, senhoras e senhores deputados.

Hoje é com grande satisfação e com muita alegria que venho a esta tribuna e dizer aos deputados e deputadas que, na quinta-feira passada, às 19h00, foi julgado o meu processo na Suprema Corte Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral, onde teve uma decisão unânime, justa e correta, mostrando tudo aquilo que nós arrecadamos na campanha dentro do nosso comitê, colocando nas nossas prestações de contas, tudo aquilo que foi gasto, daquilo que foi dito na campanha, foi colocado em nossa prestação e foi comprovada a verdade, que aquilo que colocamos tinha sido realmente o que foi gasto, tanto é, presidente, que nossas contas foram a maior prestação do Tribunal Regional Eleitoral: 960 mil reais.

Querendo que a verdade fosse realmente o que colocamos, não sabemos o porquê: se houve algum erro, algum engano, alguma perseguição política, não sabemos qual foi realmente a razão de todo esse comentário, não sabemos realmente qual foi a razão de tudo isso em cima de nossa candidatura.

Então, venho hoje com muita felicidade, com muita alegria e, agora, sim, com muita liberdade para poder trabalhar pelo Estado do Paraná da maneira que nós queremos. De uma maneira verdadeira, ocupando o nosso espaço, sim, sem querer passar por cima dos outros.

Então, presidente, foi só para desabafar tudo que nós passamos depois das eleições e durante esses quatro meses que estamos aqui. Agora estamos livres para poder fazer o que pensamos, que é ajudar o Estado do Paraná. E que fique sanada toda a boataria que ocorreu em cima dessa polêmica das nossas contas. Agora o nosso processo volta para o Tribunal Regional Eleitoral, que vai analisar todos os documentos do nosso comitê, e, tenho certeza, com a maior e absoluta regularidade, nós também vamos ter aprovação aqui. Fico muito feliz que quinta-feira, unanimemente, fomos aprovados e tivemos nossas contas regularizadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

No horário destinado à Liderança do governo, concedo a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni.

Antes porém, quero registrar a presença do vereador de Santa Izabel do Ivaí, companheiro Cezar Mattos e também do prefeito de Medianeira, companheiro Suzuki.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, tenho acompanhado a discussão a respeito do curso de Medicina da cidade de Ponta Grossa.

Estive na sexta-feira, reunido com a comunidade na prefeitura daquela cidade e hoje, estamos com o secretário de Ciência e Tecnologia aguardando o fim da Sessão, porque os deputados e lideranças de Ponta Grossa, o reitor está presente também, e vamos fazer uma breve discussão a respeito do problema do curso de Medicina daquela cidade.

Digo, aos senhores deputados que a posição final do governo deve ser anunciada amanhã, no mais tardar depois de amanhã a respeito da possibilidade ou não de este curso continuar existindo em Ponta Grossa.

Quero convidar o deputado Bradock, o deputado Jocelito Canto, o deputado Plauto Miró que têm domicílio eleitoral na cidade de Ponta Grossa, assim como o deputado Antonio Anibelli, que é Líder do PMDB, porque o secretário de Ciência e Tecnologia está aguardando para que a gente possa travar uma discussão a respeito dos problemas e das possibilidades da manutenção do curso de Medicina. O prefeito de Ponta Grossa sugeriu uma nova modalidade de como resolver o problema do Hospital da Criança e o Pronto Socorro para a universidade e a continuidade do desembolso, por parte da prefeitura, no que diz respeito à manutenção desse hospital. É uma idéia, nós vamos conversar com o secretário agora, e possivelmente a gente tenha uma definição a respeito da continuidade ou não do curso.

Era isso!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 16/2003, de autoria do deputado Renato Gaúcho, constante do expediente, sugerindo a adoção de desconto e/ou isenção no valor das faturas de energia elétrica para entidades de assistência social reconhecidas de Utilidade Pública. **À Comissão de Finanças.**

Projeto de resolução de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Doutor Luciano, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** à Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** à Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** à Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** à Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** à Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** à Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** à Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei nº 050/2003, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins que altera o Parágrafo Único da Lei 13.738 de 24 de julho de 2002. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA COPTC. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 125/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que altera a Lei Estadual nº 11.911 de 01 de dezembro de 1997. (Transporte Gratuito para portadores de Deficiência). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHC. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Subemenda Modificativa de Plenário, de nº 01 ao Substitutivo Geral de autoria do deputado Waldir Leite, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

SUBEMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO SUBSTITUTIVO GERAL AOS PROJETOS DE LEI Nº 125/2003 E 170/2003

O parágrafo 4º do artigo 3º da Lei nº 11.911 de 1º de dezembro de 1997, referido no artigo 2º do Substitutivo Geral, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - ...

§ 4º - Em todas as linhas intermunicipais, além do estabelecido nos parágrafos anteriores, que especificam as características das deficiências passíveis de receber isenção tarifária, ficam incluídos os portadores das seguintes patologias crônicas, com beneficiários do programa:

I - insuficiência renal crônica, em terapia renal substitutiva;

II - câncer, em tratamento de quimioterapia ou radioterapia;

III - transtornos mentais graves, em atendimento continuado, em serviços-dia (Hospital-dia, Núcleo de atenção Psicossocial, Centros de Atenção Psicossocial, Escolas de Educação Especial que atendem condutas típicas, Serviços Residenciais, Terapêuticos e Oficinas Terapêuticas);

IV - portadores de HIV, em tratamento continuado em serviço-dia;

V - mucoviscidose, em atendimento continuado;

VI - hemofilia, em tratamento;

VII - esclerose múltipla, em tratamento.

Sala das Sessões, em 12.05.2003.

(a) WALDIR LEITE

Apoioimento:

Ratinho Júnior, Neivo Beraldin, Luiz Accorsi, Francisco Bühner, Vanderlei Iensen.

O Projeto deverá retornar à CCJ para parecer de emenda de Plenário.

Sobre a mesa, Requerimento nº 868, de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 870, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 871 a 873, de autoria do deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 874, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 877, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 878 e 890, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 881, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 882 a 885, de autoria do deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 887 e 888, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 891, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 114 e 130/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 128/2003

conceder a IRENE COSTA, companheira do ex-deputado estadual Elias Nacle, falecido em 13 de novembro de 2000, pensão mensal, de acordo com o artigo 1723, do novo Código Civil, e estabelecida pela Lei nº 4.763/63, no valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei nº 13.426, de 07 de janeiro de 2002.

(Prot. nº 799/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 129/2003

conceder à GERTRUDES SCHMIDT PEREIRA, viúva do ex-deputado estadual Marino Pereira, falecido em 08 de abril de 1999, pensão mensal, de acordo com a Lei nº 4.763/63, no valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei nº 13.426, de 07 de janeiro de 2002.

(Prot. nº 531/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 130/2003

conceder à CÉLIA REGINA PEREIRA DE OLIVEIRA, matrícula nº 40345, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, lotado no setor da Portaria da Coordenadoria de Serviços Especiais, licença especial de três (03) meses, de acordo com o artigo 247, da Lei nº 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de junho de 2002, antecipado em razão da incorporação do quinquênio anterior. O pedido de licença deverá ser marcado pela requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do

artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6.174/2003.

(Prot. nº 690/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 131/2003

conceder à NEIDE FREZZATTI, matrícula nº 40444, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, lotado na Coordenadoria de Divulgação, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6.174/70, e conforme Resolução nº 002/2002. O pedido de licença deverá ser marcado pela requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6.174/2003.

(Prot. nº 542/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 132/2003

conceder à SONIA APARECIDA MATSUNO matrícula nº 615, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria destas Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Taquígrafo “B”, licença especial de três (03) meses, de acordo com o artigo 247, da Lei nº 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de junho de 2002, antecipado em razão da incorporação do quinquênio anterior. O pedido de licença deverá ser marcado pela requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei nº 6.174/2003.

(Prot. nº 8989/2003)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 133/2003

determinar, à Diretoria de Pessoal a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de TÉRCIO ALVES ALBUQUERQUE, pensionista desta Casa na qualidade de ex-parlamentar, na forma do artigo 30, da lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme inciso XXVII, do artigo 40, do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º, do artigo 30, da citada Lei Federal, e inciso XII, do artigo 5º, da Instrução Normativa SRF nº 15/2001, de 06 de fevereiro de 2001.

(Prot. nº 1618/2003)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.03.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 021/2003

conceder, licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, ADEMIR ALVES DUARTE, matrícula nº 40141, de noventa dias (90), a partir de 11 de fevereiro de 2003, término em 11 de maio de 2003. CID.10.F.19.

(Prot. nº 1613/2003)

Gabinete da Diretoria Geral, em 14.04.2003.

PORTARIA Nº 023/2003

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ODILON SANTOS, matrícula nº 40150, funcionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, admitido em 23 de setembro de 1982, lotado na Coordenadoria do Cerimonial, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro das licenças especiais a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 2194/2003)

Gabinete da Diretoria Geral, em 28.04.2003.

PORTARIA Nº 027/2003

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, WILMA ALVES GOUVEIA, matrícula nº 40588, de noventa dias (90), a partir de 29 de abril de 2003, término em 29 de julho de 2003. CID.10.E.66.8

(Prot. nº 3335/2003)

Gabinete da Diretoria Geral, em 07.05.2003.

PORTARIA Nº 029/2003

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de DANUTA SABAI, matrícula nº 40024, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, admitido em 10 de setembro de 1979, exercendo o cargo de agente administrativo N-64, lotada na Coordenadoria de Atas, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro das licenças especiais a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

rado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 956/2003)

Gabinete da Diretoria Geral, em 14.04.2003.

PORTARIA Nº 030/2003

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARIA ELISA RABELLO, matrícula nº 606, funcionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente taquigrafa "A", nível NU-4, referência IV, o tempo de um (01) ano, relativo ao dobro das licenças especiais a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 2º quinquênio compreendido entre 27 de dezembro de 1984 e 21 de dezembro de 1988, antecipado em razão da incorporação do 2º quinquênio e das férias de 1988 contadas em dobro, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 8991/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, em 28.04.2003.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

(Portaria republicada, por ter sido anteriormente publicada sob o nº 022/2003, no DA nº 015/2003)

Ata de Comissão Permanente:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
15ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Elton Carlos Welter, Jocelito Canto, Duílio Genari, Tadeu Veneri, José Maria Ferreira, Nelson Justus, Doutor Luciano, Delegado Bradock, Antonio Anibelli e mais o senhor deputado Pastor Edson Praczyk. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, colocando em discussão e votação a ata da reunião anterior, após dispensa da leitura requerida pelo deputado Antonio Anibelli - Aprovada. O senhor presidente determinou o registro em ata da justificativa da ausência dos senhores deputados Durval Amaral e Marcos Isfer, nesta reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 163/2003, de autoria do senhor deputado Doutor Luciano. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Hermes Fonseca, na forma da emenda anexa - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 173/2003, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer CONTRÁRIO do senhor deputado José Maria Ferreira, encami-

nhando para Indicação Legislativa - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 174/2003, de autoria da senhora deputada Elza Correia. Parecer Favorável do senhor Deputado Durval Amaral, lido pelo senhor deputado Jocelito Canto - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 176/2003, de autoria do senhor deputado Doutor Luciano. O senhor presidente concede vistas ao senhor deputado José Maria Ferreira; 05) Projeto de Lei nº 188/2003, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Doutor Luciano, na forma da emenda anexa. APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 189/2003, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Doutor Luciano na forma da emenda anexa. APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 201/2003, de autoria do Ministério Público - Procuradoria Geral de Justiça. ADIADA APRECIACÃO da matéria para a próxima reunião; 08) Projeto de Lei nº 673/2002 de autoria do senhor deputado Elio Rusch. O senhor presidente determina A RETIRADA DE PAUTA por falta de amparo regimental. 09) Projeto de Lei nº 210/2003, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Anibelli- APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 114/2003, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Marcos Isfer, lido pelo senhor deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lucia Andretta - Secretária

Atas de CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO BANESTADO ATA DA 8ª REUNIÃO

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Guimarães Gabriel Sampaio (Plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná- Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Elza Correia, Luciana Rafagnin, Doutor Luciano, Fernando Ribas Carli, Pedro Ivo Ilkiv, Ailton Araújo, Francisco Bhürer, Waldir Leite, Ademir Bier e Miltinho Pupio. Havendo número legal o senhor presidente iniciou aos trabalhos submetendo os seguintes requerimentos a deliberação: autorização aos membros do corpo técnico desta Comissão Parlamentar de Inquérito para que verifique *in loco* nas dependências da Agência de Fomento, a documentação referente a aquisição de ativos pelo Estado, junto ao Banestado, para avaliar a forma adequada da Comissão ter acesso irrestrito à referida docu-

mentação visando elaborar amostra representativa do universo a ser investigado. Pois, segundo informação daquela agência, trata-se de um volume enorme de documentos. Além da solicitação a Sefa, que monta em 25.000 documentos: em votação, APROVADO. A reiteração do pedido de documentação ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná através dos ofícios nºs 02/2003, 15/2003 e 23/2003 de 19 de março, 01 de abril e 07 de abril do corrente ano, respectivamente, sem manifestação daquela Corte até a presente data. Concedendo o prazo de mais 5 (cinco) dias para o atendimento do pedido. Caso não ocorra, fica convocado o presidente do Tribunal de Contas do Paraná, bem como a equipe que realizou a análise das contas do Banestado no exercício de 1998. Em votação APROVADO. Após, os senhores deputados presentes divergirem sobre a deliberação do pedido de quebra de sigilo bancário e fiscal dos ex-conselheiros e ex-diretores do Banco do Estado do Paraná, diretamente responsabilizados pelo Banco Central do Brasil, pela aprovação das operações irregulares, que segundo este, constituem-se em infração grave na condução dos interesses da sociedade, ferindo a Lei nº 4.465/1964. A Comissão decidiu que votaria a proposta supramencionada após o depoimento do ilustre convidado o Doutor Celso Antonio Três, procurador da República que após os agradecimentos do deputado Neivo Beraldin, pela sua presença, passou a discorrer sobre as contas CC5, lavagem de dinheiro e assuntos correlatos sobre os quais é notoriamente profundo conhecedor e reconhecido pela sua determinação, competência e transparência no trato da coisa pública. Em seguida, respondeu as indagações dos deputados que constam das notas taquigráficas que passam a fazer parte integrante desta Ata. Em seguida o deputado Neivo Beraldin solicitou ao doutor Marcelo Couto de Cristo que fizesse a leitura da relação dos ex-conselheiros e ex-diretores do Banco do Estado do Paraná, acima mencionados conforme a seguir: Alaor Alvim Pereira, Aldo de Almeida Júnior, Alfredo Sadi Prestes, Arlei Mário Pinto de Lara, Armando Falat, Aroldo dos Santos Carneiro, Bento Tolentino, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, Celso da Costa Sabóia, Domingos Tarço Murta Ramalho, Elio Poletto Panato, Flávio d'Aquino, Francisco Molinari Gonçalves, Gabriel Nunes Pires Neto, Geraldo Molina, Giovanni Gionédís, Guntolf Von Kaick, Heitor Wallace de Mello e Silva, Honório Petersen Hungria, Jackson Ciro Sandrini, João José Ballstald, José Carlos Galvão, José Tarcizo Falcão, Luiz Frare, Manoel Campinha Garcia Cid, Maria Miyuki Endo Ravedutti, Mechel Woller, Nelson Luiz Osório Zagonel, Nilton Hirt Mariano, Oswaldo Rodrigues Batata, Paulo César Fiates Furiatti, Paulo Janino Júnior, Paulo Ricardo dos Santos, Paulo Roberto Pereira de Souza, Paulo Roberto Rocha Krüger, Pedro Geraldo, Ricardo Sabóia Khury, Sérgio de Lima Conter, Sérgio Eloi Druszcz, Valdemar José Cequinel, Valmor Picolo, Vilson Inácio Dietrich, Walter Senhorinho, Wilson Mugnaini e Zinara Marcet de Andrade Nascimento. O senhor

presidente submeteu à votação o indiciamento dos ex-conselheiros e ex-diretores acima mencionados, APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, demais deputados presentes à reunião e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

Alan Marcos Andrade - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO BANESTADO ATA DA 9ª REUNIÃO

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Guimarães Gabriel Sampaio (Plenário), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Elza Correia, Luciana Rafagnin, Pedro Ivo Ilkiv, Ailton Araújo, Francisco Bühner, Nelson Justus, Ademir Bier e Miltinho Pupio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos. Não havendo na pauta a oitiva dos depoentes, os membros da comissão discutiram sobre as ações a serem tomadas em relação ao prosseguimento dos trabalhos da CPI. O deputado Neivo Beraldin apresentou requerimento no sentido da quebra de sigilo bancário das seguintes documentações/operações: relatórios de Auditoria Interna do Banco do Estado do Paraná, incluindo Auditorial Gestional (DIAUG) do Banco, do período de 1995 a 2000; todos os documentos referentes às operações das negociações das empresas AT Computação Gráfica Ltda., Documenta Produções Cinematográficas Ltda., ME, Estúdios Unidos Publicidade e Propaganda S/C Ltda. e Clamar de Terraplanagem Ltda. junto ao Banestado, que culminaram na dação em pagamento, a este último, de créditos de precatórios requisitórios no valor de R\$1.948.254,25 (um milhão, novecentos e quarenta e oito mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) segundo escritura pública lavrada em 26.11.1997 e retificada em 19.12.1997; concessão de empréstimo pelo Banestado, no valor de R\$670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais), em 19.11.1997, à Documenta Produções Cinematográficas Ltda. ME, conforme contrato nº 1.668.645-8 e a concessão de empréstimo a mesma empresa no valor de R\$908.600,00 (novecentos e oito mil e seiscentos reais), conforme contrato nº 1.761.612-7; a concessão de ECC não rotativo a empresa DM Construtora de Obras Ltda. pelo Banestado, no valor de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) conforme decisão tomada pela Diretoria do Banestado em 27.03.1998; a redução do valor da garantia oferecida pela DM Construtora de Obras Ltda. ao Banestado, passando a penhor de máquinas e equipamentos de R\$17.843.000,00 (dezessete milhões, oitocentos e quarenta e três mil reais) para R\$2.890.000,00 (dois

milhões oitocentos e noventa mil reais) comprovação da decisão do Banestado em reduzir a dívida da DM Construtora de Obras Ltda., de R\$15.507.330,73 (quinze milhões, quinhentos e sete mil, trezentos e trinta mil e setenta e três centavos, valor em 31.07.98, para R\$8.147.000,00 (oito milhões, cento e quarenta e sete mil reais); documentos que explicitem a aceitação do Banestado, em 08.11.98, de créditos de precatórios requisitórios da Dersul, no valor de R\$9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil reais), em pagamento de dívidas relacionadas a contratos Finame, firmadas entre Banestado e as empresas DM Construtora de Obras Ltda., Keramische Construtora e Rodoférrea Construtora de Obras Ltda.; a negociação de dívidas do Banestado com a empresa Xingu Construtora de Obras Ltda., efetuada em 12.08.98, que envolveu a entrega, por parte desta última de precatórios requisitórios da Dersul, no valor de R\$5.015.542,85 (cinco milhões, quinze mil, quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos). A maioria dos presentes concordou e assinou o requerimento, aprovando-o. Após os senhores deputados membros passaram a analisar a viabilidade de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de alguns ex-diretores do Banestado que participaram das operações financeiras consideradas irregulares conforme relatório da fiscalização do Banco Central do Brasil. Após algumas considerações concluiu-se que a Comissão convocaria primeiramente para depor na próxima reunião, terça-feira próxima, dia 13 de maio do corrente ano, quatro dentre os doze ex-diretores mencionados no supracitado relatório. Foi ponderado que somente após a oitiva destes e a constatação da necessidade da quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico, esta seria votada e aprovada. A seguir o senhor presidente solicitou ao membro do corpo técnico da Comissão, Dr. Marcelo Couto de Cristo, para que fizesse a leitura da justificativa, bem como dos requerimentos que determinam a quebra de sigilo bancário das empresas DM Construtora de Obras Ltda., Rodoférrea Construtora de Obras Ltda., apresentado pelo presidente da Comissão, com os quais a maioria dos presentes concordou e assinou o requerimento, aprovando-o. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, demais deputados presentes à reunião e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

Alan Marcos Andrade - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de maio de dois mil e três, às 17h00, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Jogos Mundiais da Natureza, na sala de

reuniões das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Dobrandino da Silva, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Fernando Ribas Carli, Elton Carlos Welter, Luiz Fernandes da Silva Litro. Dado início aos trabalhos o senhor presidente, deputado Dobrandino da Silva, agradeceu a presença de todos, passando a palavra ao relator deputado Fernando Ribas Carli. O relator esclareceu que após análise da documentação já recebida, chegou a algumas conclusões, conforme cópia em anexo. Após foi dada a palavra ao engenheiro do Tribunal de Contas, Milton Portugal Lobato Filho, que esclareceu da necessidade de alguns dias para a análise da documentação recebida, sendo que inicialmente realizará um pré-relatório sobre a documentação recebida. Após o engenheiro João Schneider Filho, argumentou sobre algumas irregularidades que ocorreram durante a construção das bases náuticas, inclusive citando o Exército, que participou de uma etapa da construção. Foi ainda levantado o valor gasto para a construção de algumas obras. Após, foi dada a palavra ao deputado Elton Carlos Welter, sugerindo que os trabalhos fossem realizados em grupos, e cada grupo faria a análise de determinada matéria, como aquisição de equipamentos, gastos com obras, licitações, organização, participações, etc. Após foi entregue ao presidente da CPI, o organograma das pessoas envolvidas nos Jogos Mundiais da Natureza, este cronograma foi lido a todos para que todos tenham conhecimento das pessoas envolvidas nos jogos. O deputado Fernando Ribas Carli sugeriu a convocação de técnicos da 2ª Inspeção para prestar esclarecimentos na próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata, que vai assinada por ele, e por mim, Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ
APONTAMENTOS SOBRE OS DOCUMENTOS
RECEBIDOS PELO RELATOR DA
CPI DOS JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA
DATA: 07 DE MAIO DE 2003.

SECRETARIA DA FAZENDA

Solicitações

Ofício 0015-03/CPIJMN solicitando valores de todos os recursos disponibilizados para os Jogos Mundiais da Natureza, incluindo datas, como foram liberados os recursos e onde foram depositados.

Recebidos

Ofício número 147/2003-GAB, datado de 14 de abril de 2003 (recebido pelo relator em 23.04.2003), informando que a Secretaria da Fazenda é órgão repassador de recursos financeiros. A destinação dos recursos é dada pelo receptor, que os utiliza de acordo com sua programação de trabalho. A Secretaria da Fazenda afir-

mou que as informações solicitadas poderão ser obtidas junto à Secretaria de Estado do Turismo, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Paraná Esporte e Paraná Turismo.

Avaliação

Mesmo sendo indiscutível que a Secretaria da Fazenda é o órgão repassador de recursos, existe a necessidade desta Comissão saber quando, quanto e para quem foram destinados os recursos referentes aos Jogos Mundiais da Natureza. Ressaltamos que a Secretaria da Fazenda é o órgão do Estado destinado ao pagamento dos serviços empenhados por outras Secretarias, ou seja, é o órgão que detém as informações precisas dos pagamentos realmente efetivados pelo Estado. Até o momento, não temos comprovação de que todos os empenhos tenham sido pagos e, se foram pagos, quem foram os beneficiados. Sugerimos o encaminhamento de novo ofício à Secretaria da Fazenda solicitando extratos demonstrativos de pagamento efetivados às empresas que trabalharam na realização dos Jogos Mundiais da Natureza ou os extratos que demonstrem repasses às Secretarias envolvidas no evento.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Solicitações

- Ofício 016-03/CPIJMN de 25.03.2003.
- Todos os valores gastos com os Jogos da Natureza.
- Qual agência responsável pela veiculação das informações dos Jogos.
- Todos os PADV's (pedidos de autorização, divulgação e veiculação).
- Notas fiscais de execução dos serviços de TV, rádio, jornais ou agências de publicidade devidamente certificadas pelo órgãos pagador de que os serviços foram executados.
- Demonstrativo dos valores gastos com agências de publicidade e comissões das agências.
- Notas fiscais dos serviços executados acompanhadas das inserções devidamente assinadas.

Recebidos:

- Ofício CEE/CC 1056/03 de 14.04.2003 (recebido pelo relator em 23.04.2003).
- PADVs ordenados pela Secretaria de Meio Ambiente.
- PADV's ordenados pela Paraná Esportes
- Os PADV's contêm o órgão solicitante, a agência responsável, os fornecedores de serviços, valores líquidos pagos, comissões das agências, valores brutos e as datas dos PADV's.

Avaliação

- Verificamos que a documentação encaminhada pela Secretaria de Comunicação Social está incompleta, impossibilitando qualquer análise quanto aos serviços prestados no evento Jogos Mundiais da Natureza. Sugerimos que seja encaminhado novo ofício àquela Secretaria

solicitando a complementação das informações solicitadas no Ofício 016-03/CPIJMN de 25.03.2003.

SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO

Solicitações:

- Ofício 017-03/CPIJMN
- Relação dos responsáveis pelos Jogos Mundiais da Natureza.
- Notas fiscais e prestação de contas relacionadas aos gastos com os Jogos da Natureza, inclusive a origem dos recursos, devidamente certificados da execução e dos gastos.
- Projetos das bases náuticas, com relação de quem executou as obras com licitação, fiscalização, medição dos serviços, notas fiscais e prestações de contas.
- Verificar ocorrência de aquisição de material permanente, se foi incorporado ao patrimônio do Estado ou qual foi o destino final.
- Quais as construções que foram feitas para os Jogos da Natureza e qual a situação delas hoje.
- Verificar existência de Comissão designada para organizar os Jogos da Natureza e quais os nomes e funções de seus membros.
- Verificar se esta Comissão administrativa recursos financeiros. Se administravam, como eram gastos os recursos. Caso afirmativo, a Comissão deverá encaminhar número da conta, extratos bancários, notas fiscais e prestações de contas.

Recebidos:

- Ofício número 128/GS de 23 de abril de 2003, contendo cópias de processos licitatórios de obras relativas à desapropriação de áreas, execução de serviços para implantação das obras nas bases náuticas e obras complementares. (Tomada de preços 001/79 PRTUR até 011/97 PRTUR)

Avaliação:

- Verificação que as informações enviadas a esta Comissão não são suficientes. Não foi apresentado nenhum relatório que identifique a existência de uma Comissão que administrasse os Jogos da Natureza, seus membros e suas funções, e se geriu ou não recursos públicos durante sua existência. A documentação recebida é composta por alguns processos que descrevem em parte os instrumentos licitatórios utilizados para contratação de determinadas empresas na realização dos Jogos da Natureza. Não recebemos informações indicando quem era responsável pela fiscalização das obras, nem em que estado estão as obras atualmente. Não foi apresentado relatório da aquisição de material permanente. Sugerimos que sejam aproveitados os relatórios realizados pelos auditores do Tribunal de Contas que identificaram irregularidades na execução e fiscalização dos serviços realizados pela Secretaria de Esporte e Turismo, no sentido de orientar as futuras investigações que busquem identificar os responsáveis por estas irregularidades.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Solicitações:

- Ofício 018/03/CPIJMN
- Projetos, licitações do canal da barragem de Foz do Iguaçu.
- Valores da primeira construção realizada por licitação.
- Valores da construção realizada em convênio com o Exército.
- Valores da conclusão realizada pela Construtora Redram e seus aditivos.

Recebidos:

- Ofício 050/2003-SEMA/DG contendo os projetos e licitações envolvendo o Parque da Barragem.
- Contrato 001/97 - Construtora Itajuí.
- Convênio com Exército Brasileiro.
- Construtora Redram
- Cópias de homologações das cartas convites 024; 026 e 027 de 1997, referente a execução do paisagismo do entorno das bases náuticas de Itaipulândia-Foz do Iguaçu e Guaíra.

Avaliação:

- A princípio, as informações solicitadas foram encaminhadas corretamente e estão sendo avaliadas em seu conteúdo.

ECOPARANÁ

Solicitações:

- Verificar se a Ecoparaná participou dos Jogos Mundiais da Natureza, se é a atual responsável pelas bases náuticas e se fez algum comodato com municípios da região onde foram realizados os jogos.

Recebidos:

- Ofício 025 SUP de 14.04.2003 prestando esclarecimentos sobre as solicitações da Comissão.

Avaliação:

- As informações dão conta de que o Serviço Social Autônomo Ecoparaná foi criado em julho de 1998 (Lei Estadual nº 12.215 de 10.07.1998), passando a exercer suas atividades a partir de 02.10.1998, data da publicação do Decreto nº 4735 que regulamentou sua instituição e aprovou seu estatuto. Tendo em vista que os Jogos da Natureza foram realizados em setembro e outubro de 1997, portanto anterior a criação do Ecoparaná. Desta forma concluímos não haver participação desta entidade nos Jogos da Natureza. As informações prestadas esclarecem ainda que em junho de 1999 a Secretaria de Esporte e Turismo e a Paraná Turismo realizaram sessão em favor da Ecoparaná para que esta passasse a cuidar das bases náuticas, contudo, em agosto do mesmo ano, a Diretoria da Itaipu Binacional, na condição de proprietária das áreas onde foram construídos os imóveis, manifestou seu parecer contrário ao instrumento de cessão, terminando este por ser rescindido em setembro de 1999. Dessa forma, atualmente a Ecoparaná não res-

ponde pelas bases náuticas, tendo o feito apenas pelo período entre os dias 18.06.99 e 16.10.99. Informa ainda que não celebrou nenhum contrato de comodato com qualquer município do Estado do Paraná.

TRIBUNAL DE CONTAS

Solicitações:

- Ofício 020-03/CPIJMN de 25.03.2003.
- Prestações de contas encaminhadas pelo Governo do Estado referentes aos Jogos da Natureza, prestações em trâmite ou aprovadas em Plenário com pareceres das Diretorias, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e resolução de Plenário, aprovadas ou não.
- Processo referente a impugnação do Canal da Barragem, feito pelo conselheiro João Féder, com pareceres das Diretorias, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e resolução de Plenário.

Recebidos:

- Ofício 219/2003 de 10.04.2003 (entregue ao relator em 23.04.2003).
- Cópias dos processos de números 237.384/2000, 39.624/99, 151.124/99 e 262.996/99-TC e da Informação 91/2003 da Inspeção de Controle.

Avaliação:

- Informa, o Tribunal de Contas, através da Inspeção Geral de Controle, em ofício assinado pelo técnico de controle contábil Emilson Grassani, que os documentos solicitados no item 1 do Ofício nº 020-2003/CPIJMN não foram encaminhados pois “os dados relativos à movimentação orçamentária dos Jogos Mundiais da Natureza foram analisados quando da apreciação da prestação de

contas do Governo Estadual, não havendo ressalva, no parecer prévio emitido pelo Plenário desta Casa, referente ao assunto em questão.” A justificativa de que não ocorreu ressalva no parecer prévio emitido pelo Plenário do Tribunal de Contas não exime a possibilidade de que irregularidades possam ter ocorrido na prestação de contas do Governo Estadual. Sendo assim, torna-se imprescindível a complementação dos documentos solicitados anteriormente. Contudo, os documentos encaminhados servem para orientar o início dos trabalhos desta Comissão, sendo, entretanto, indispensável a oitiva dos técnicos responsáveis pelo relatório da Segunda Inspeção de Controle Externo, que atestaram irregularidades na prestação de contas da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e na Secretaria de Esporte e Turismo, no que se refere à atuação das mesmas nos Jogos da Natureza. Para continuidade dos trabalhos, é indispensável o recebimento do restante da documentação solicitada junto ao Tribunal de Contas. No relatório da Coordenação de Apoio Técnico identificamos também que o próprio Tribunal de Contas não recebeu documentação da Coordenação de Obras da Sema e SEET/PRTUR relativa a processos de termo aditivo, bem como outros documentos fundamentais para análise e parecer técnico daquele Tribunal, eximindo-o de apresentar parecer técnico sobre determinados processos. Por fim, a análise dos documentos de posse desta relatoria mostram-se insuficientes para investigações mais detalhadas, sendo fundamental a complementação desta documentação pelo Tribunal de Contas, bem como a explicação dos responsáveis técnicos pelos relatórios produzidos junto à Segunda Inspeção do Tribunal de Contas do Paraná.